

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
CAMPUS DE MARÍLIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

ELIANE SARTORELLO DE ALMEIDA

**O JULGAMENTO SOCIOMORAL DE UNIVERSITÁRIOS  
USUÁRIOS DE MACONHA**

MARÍLIA  
2008

**ELIANE SARTORELLO DE ALMEIDA**

**O JULGAMENTO SOCIOMORAL DE  
UNIVERSITÁRIOS USUÁRIOS DE MACONHA**

Texto apresentado à Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Raul Aragão Martins

**MARÍLIA  
2008**

Almeida, Eliane Sartorello de, 1981-  
O julgamento sociomoral de universitários usuários de maconha / Eliane  
Sartorello de Almeida. – 2008.

96 f. ; 30 cm

Orientador: Prof. Dr. Raul Aragão Martins.

Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista, Pós-Graduação  
em Educação, 2008.

1. Julgamento Sociomoral. 2. Uso de maconha. 3. Desenvolvimento Moral. I.  
Martins, Raul Aragão. II. Universidade Estadual Paulista. Pós-Graduação em  
Educação. III. O julgamento sociomoral de universitários usuários de maconha.

ELIANE SARTORELLO DE ALMEIDA

**O JULGAMENTO SOCIOMORAL DE UNIVERSITÁRIOS USUÁRIOS  
DE MACONHA**

Dissertação aprovada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, através de comissão formada pelos professores:

---

Prof. Dr. Raul Aragão Martins (orientador)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rita Melissa Lepre

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria de Lourdes Morales Horiguela

**MARÍLIA  
2008**

*Dedico essa dissertação aos meus avós Durvalina e Vitório Sartorello que sempre me apoiaram e nunca deixaram de acreditar em mim.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a **Deus** pela força e amparo nos momentos difíceis;

**Ao meu orientador Raul** que nesses anos todos foi pai, foi amigo, alguém que me ofereceu segurança mesmo eu estando longe de casa;

**À minha mãe Alzira, com todo carinho;**

Meu padrasto; meus tios, meus primos, especialmente Rafael; obrigada a todos pelo apoio e confiança;

**Aos meus amigos**, que foram companheiros nos momentos bons e ruins e sempre torceram por mim; especialmente Rafael Bonaldi;

As colegas de *república* de ontem e de hoje pela paciência e os conselhos;

Agradeço também as pessoas da faculdade que puderam me ajudar; meus ex-professores; especialmente Maria Antônia Granville e Fernanda Ortale; funcionários, especialmente Maria Elza e Simone do Depto. de Educação; colegas do DAF; e todos que fazem do IBILCE meu segundo lar.

Agradeço aos funcionários da pós-graduação de Marília que sempre se mostraram acessíveis e prontos para ajudar;

*Nada se consegue nessa vida sem o suporte de pessoas queridas e amigas e a gratidão é eterna.*

ALMEIDA, E. S. O julgamento sociomoral de universitários usuários de maconha. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, 2008.

## RESUMO

O uso de substâncias psicoativas ilícitas ou lícitas, entre os jovens, é um assunto que vem sendo muito discutido pela sociedade. Uma droga bastante comum em nossa sociedade é a maconha (*cannabis sativa*) e o consumo desta substância, assim como o de outras drogas, pode ter conseqüências legais, sociais e físicas. O entendimento desta conduta passa pelo conhecimento de dois pontos. O primeiro ponto diz respeito à autonomia moral; descrevemos o conceito de autonomia para a Filosofia e para a Psicologia. O segundo ponto se concentra na maconha; sua história; a conduta do usuário; e dados epidemiológicos do mundo, do Brasil, de São Paulo e do Ensino Superior; e por fim a investigação do uso em um campus universitário. Dentro da Psicologia estudamos o desenvolvimento da autonomia baseados no trabalho de Piaget e planejamos uma avaliação da mesma baseados na *moral judgment interview* – MJJ, desenvolvida por Kohlberg. A pesquisa foi realizada em duas etapas. Primeiro foi feito um levantamento do uso de diversas drogas entre 155 formandos; em seguida selecionamos usuários e não-usuários e aplicamos a MJJ para avaliar seu julgamento sociomoral. Essa segunda etapa também contava com questões sobre uso abusivo de maconha que só foram respondidas por usuários. Os dados demonstraram que 23,3 % dos participantes fazem ou já fizeram uso de maconha; a maioria dos usuários (71,0%) faz uso de álcool; a religião funciona como fator de proteção ao uso de maconha; nem idade, nem sexo, nem classe social são relevantes na conduta de uso. A entrevista demonstrou que a maioria dos alunos se encontram no Nível Convencional, mais especificamente no estágio 4 e que, dos usuários de maconha, a maior parte não faz uso abusivo.

**Palavras-chave:** autonomia, maconha, universitários, desenvolvimento moral.

ALMEIDA, E. S. The sociomoral judgment of college students marijuana users. 2008. Dissertation (Major in Education) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, 2008.

## ABSTRACT

The use of licit or illicit psychoactive substances, among young people, is a subject which has been discussed by society. A very common drug in our society is marijuana (*cannabis sativa*), and the consumption of this substance, as well as the use of other legal or illegal drugs, may have legal, social and physical consequences. To understand this behavior it is necessary to consider two points. The first point is about the moral autonomy; we describe the concept of autonomy to Philosophy and Psychology. The second point is centered in marijuana; its history; the user behavior; and epidemiological data from the world, from Brazil, from São Paulo and from College; and at last the research about the use in a college campus. In Psychology, we studied the development of autonomy using the work of Jean Piaget and we planned an evaluation on the same subject based on the *Moral judgment interview* – MJJ, developed by Kohlberg. The research was organized in two stages. In the first stage we did a survey of several drugs with 155 under graduation students; then, we selected users and non-users and applied the MJJ to evaluate their socio-moral judgment. This second stage also had questions about the abusive use of marijuana, which were answered only by users. Data showed that 23, 3% of the participants do or at least once did use marijuana; the majority of users (71, 0%) consume alcohol; religion works as a protection factor against the use of marijuana; nor age, gender or social group are relevant for the use behavior. The interview showed that students are at the Conventional level, most of them in the stage four, in which most of the marijuana users don't make abusive use.

**Keywords:** autonomy, marijuana, college students, moral development.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características dos participantes do levantamento inicial.....	47
Tabela 2 – Características dos participantes da entrevista.....	48
Tabela 3 – Padrão de consumo de drogas.....	55
Tabela 4 – Categorias de respostas ao dilema 1.....	57
Tabela 5 – Categorias de respostas ao dilema 2.....	58
Tabela 6 – Categorias de respostas ao dilema 3.....	59
Tabela 7 – Resultados das respostas ao dilema 1.....	61
Tabela 8 – Resultados das respostas ao dilema 2.....	63
Tabela 9 – Resultados das respostas ao dilema 3.....	65

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Níveis e estágios da teoria do desenvolvimento moral de Kohlberg (1992).....	28
Quadro 2 – Origem e desenvolvimento da <i>drogadependência</i> .....	42

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 2 – A AUTONOMIA MORAL.....</b>	<b>14</b>
2.1 O Conceito de Autonomia na Filosofia.....	14
2.2 A Autonomia Moral segundo a Psicologia.....	19
2.3 Autonomia Moral e Uso de Drogas.....	32
<b>CAPÍTULO 3 – A MACONHA.....</b>	<b>35</b>
3.1 A Legislação sobre Maconha e outras Drogas na História do Brasil.....	35
3.2 A Conduta do Uso de Maconha: perfil do usuário e dados epidemiológicos.....	39
<b>CAPÍTULO 4 – MÉTODO.....</b>	<b>46</b>
4.1 Local da Pesquisa.....	46
4.2 Participantes.....	47
4.3 Instrumentos.....	49
4.4 Procedimentos.....	50
4.5 Análise e Registro dos Dados.....	51
4.6 Considerações Éticas.....	53
<b>CAPÍTULO 5 – RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>54</b>
5.1 Resultados do Levantamento Inicial.....	54
5.2 Resultados da Entrevista.....	56
<b>CAPÍTULO 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>74</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>79</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>95</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O uso de drogas é uma questão que preocupa educadores, pais e sociedade. O envolvimento de jovens com substâncias psicoativas – SPA pode prejudicá-los físico e socialmente, desde o rendimento acadêmico até um possível envolvimento com tráfico e violência, passando pela degradação da saúde física e psicológica que pode causar o óbito.

A maconha, *cannabis sativa*, é a droga ilícita mais usada no Brasil (CARLINI et al., 2005). Os conceitos sobre ela são divergentes e polêmicos; o preconceito envolve a droga há mais de um século; pesquisadores debatem seus fins medicinais; sua capacidade de causar dependência; os prejuízos que ela causa à saúde a longo prazo ainda não foram confirmados; a lei, nº 11.343 de 2006, acaba de *descriminalizar* o uso da droga. Diante de tantos fatos e dúvidas, a posição de um educador se torna delicada. São necessárias pesquisas que fundamentem métodos efetivos de prevenção e/ou tratamento.

Os estudos da área, de cunho quantitativo, apenas mostram a porcentagem de pessoas usando a droga, e não como elas vêm esta conduta. Este fato fez com que começássemos a nos interessar em saber como as pessoas que não usam drogas vêm os usuários, se existe preconceito e discriminação em relação a isso, principalmente na universidade; também gostaríamos de saber como um usuário vê sua própria conduta e como organiza seu tempo de modo a não prejudicar sua graduação. Na impossibilidade de estudar todos estes aspectos optamos por investigar as relações entre a conduta de uso e o nível de desenvolvimento moral.

A conduta de uso de substâncias envolve tanto fatores de risco quanto fatores de proteção. Os fatores de risco podem ser de natureza psicológica, biológica ou social e podem ser neutralizados por fatores de proteção de acordo com cada pessoa e o contexto da situação de uso (MARQUES e RIBEIRO, 2006). Fatores biológicos e psicológicos são individuais e geralmente predispostos, hereditários, já os sociais podem ser extintos com alguns de fatores de proteção como o desenvolvimento da autonomia moral.

É importante saber a influência da autonomia sobre a decisão de usar ou não as drogas, o modo como os estudantes lidam com os fatores de risco e as

concepções que eles têm dessa conduta. Então, reunindo esses dados poder-se-ia elaborar projetos de prevenção que tratassem o uso sob a perspectiva moral e não só como doença ou crime.

Pensando nisso, elaboramos esse estudo da seguinte forma: o primeiro ponto diz respeito à autonomia moral. Para se chegar a um conceito completo de autonomia, começamos pela definição de Ética e Moral para a Filosofia, usamos o conceito de responsabilidade moral de Vazquez (1994); e ressaltamos a importância da teoria de Kant (1997), que serve também de ponte da *conceituação* para *formação* da autonomia, ou seja, partimos da Filosofia para a Psicologia. Dentro da Psicologia estudamos o desenvolvimento da autonomia no trabalho de Piaget (1994) e a influência do sociólogo Durkheim (2001); abordamos a teoria de Turiel (1984) e então, planejamos uma avaliação baseada nos estudos de Kohlberg (1992).

O segundo ponto estudado é a maconha. Concentramos-nos na história da legislação sobre drogas no Brasil até a atualidade: a *descriminalização* do consumo. Traçamos um perfil do usuário, baseados nos estudos mais recentes. Os dados epidemiológicos partem do Brasil e chegam até a universidade, culminando na análise do uso entre os formandos da Universidade Estadual Paulista - UNESP, São José do Rio Preto e na análise de seu julgamento moral.

O objetivo desse trabalho era responder, basicamente, uma questão: qual o nível de desenvolvimento moral de um universitário usuário de maconha? Para isso, entrevistamos alunos que já usaram ou usam a droga, utilizando a MJI e investigando também a análise que eles fazem de sua própria conduta. Todos os cuidados para a preservação da identidade dos alunos foram tomados. Após a separação dos alunos usuários dos não-usuários, as entrevistas foram digitadas já sem a identificação dos dados pessoais.

## **2 A AUTONOMIA MORAL**

Para se falar de desenvolvimento moral e autonomia, é necessário antes, expor os significados literais dos termos em questão. Moral significa algo relativo aos princípios de bem e mal; bom, virtuoso; enquanto moralidade seria a conduta moral, a prática. A ética seria um conjunto de valores e regras aos quais se submetem as ações humanas para apreciá-los e distingui-los. Autonomia significa independência, faculdade de se governar por leis próprias.

Primeiramente, comentaremos a perspectiva filosófica de ética e moral em trabalhos como a *Ética de Vazquez (2004)*. Em seguida, falaremos sobre o desenvolvimento moral nos trabalhos dos psicólogos: Piaget (1994), Kohlberg (1992) e Turiel (1984).

### **2.1 O Conceito de Autonomia na Filosofia**

Vazquez (2004) comenta que desde a antiguidade a moral tem evoluído de uma prática coletiva e escravista para uma moral individual, ou seja, hoje se pensa no bem da maioria, porém, para que sejamos todos tratados de forma igual perante uma lei moral é necessário que cada individualidade seja respeitada.

Os estudos sobre o que é considerado bom, tanto no plano ideal como fatural, cabem à Filosofia Moral, ou Ética. A Ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade; seu objeto de estudo é uma forma específica de comportamento humano. A moral pode ser definida como a ética na sua forma prática, engloba ações tidas como boas ou más, a primeira é descritiva; a segunda, normativa. Existe, portanto a moral vivida e a moral reflexa (ética); (VAZQUEZ, 2004).

Existe diferença entre moral e moralidade. A moral pode ser entendida como conjunto de regras prescritas a uma determinada sociedade em uma determinada época, enquanto moralidade seriam essas regras postas em prática nas ações individuais. A primeira está no plano ideal, abstrato, e a segunda no plano real, prático. A partir desse conceito se registra a moral como normativa e a moralidade como fatural (VAZQUEZ, 2004).

A moral se desenvolve em diversos planos. No plano psicológico, no interior do ser humano, em sua consciência, a partir do momento em que ele internaliza as regras morais; no social, com as regras impostas pela sociedade, como as regras de respeito e boa educação; no prático, quando as regras são aplicadas em situações que exigem esforço imediato, como ajudar um acidentado; no jurídico, através das leis impostas pela justiça e no religioso, através das regras impostas pelas igrejas, doutrinas, etc.

As regras religiosas são, muitas vezes, confundidas com as leis morais, como por exemplo: *não matarás, não roubarás*. De fato, algumas regras morais têm seu princípio em normas cristãs; a diferença entre uma e outra é que a Ética, como ciência, pretende bases racionais para a prescrição moral e ter como juiz, *a priori*, a consciência do indivíduo. A religião exerce uma coação externa e/ou interna que a Ética procura não exercer.

As leis morais e as jurídicas estão em constante relação. A diferença essencial entre elas é que as leis jurídicas são impostas ao cidadão, por um Estado que delimita seu campo de ação, havendo obrigatoriamente punição para a desobediência, já as leis morais são normalmente ensinadas, não impostas, abrangem espaços menos delimitados e sua punição é geralmente subjetiva e abstrata. A diferença das regras morais das outras regras (jurídicas, religiosas, etc.) é que o único juiz é a nossa consciência e nossa punição pode ser a culpa ou a vergonha, por isso o ato moral é essencialmente humano, já que envolve reflexão e consciência (VAZQUEZ, 2004).

O ato moral exige aprovação ou censura, é refletido, planejado e fruto de uma série de regras internalizadas conscientemente ou não, regras estas que dão ao fato moral um caráter de imperativo, uma sensação de dever. Este ato se desenvolve a partir de um motivo, com a intenção de atingir determinado fim. Então se toma uma decisão, no caso de fazê-lo, procuram-se os meios para sua realização e se faz (resultado), sofrem-se então as conseqüências, positivas ou negativas (VAZQUEZ, 2004). Podemos, também, dizer que o ato moral é composto de alguns elementos: juízos, razões, regras, disposição, sanções, pontos de vista (FRANKENA, 1969).

Existem duas importantes teorias que explicam como o homem é levado à prática do ato moral. A teoria *deontológica* é uma teoria do ato, ou seja, o *dever*, por si só já basta para praticarmos o ato moral, não importam as regras nem as

conseqüências. O nome vem de *déon*, dever em grego. Divide-se em dois tipos: *ato-deontológicas* (não seguir qualquer regra, perguntar à própria consciência) e *normo-deontológicas* (recorrer a certas regras básicas preestabelecidas pela comunidade). Seus principais representantes são, respectivamente, Sartre; que prega o ateísmo, a escolha pessoal e a intuição como parâmetros para a prática do ato, e Kant, com seu *formalismo* (VAZQUEZ, 2004)

Segundo a linha de pensamento *teleológica*, devemos visar o fim ao realizarmos o ato moral. O nome vem do grego *telos*, fim. Antes de escolhermos entre realizar ou não um ato, devemos pensar nas suas conseqüências. O valor não moral que surgir é o importante, ou seja, produzir o maior bem possível com o ato (FRANKENA, 1969). Se as conseqüências forem ruins para uma minoria, mas boa para a maioria então, no fim, é um ato bom. Retomamos assim a teoria utilitarista e o egoísmo ético, que não visa o bem geral, mas o da maioria somente. Para Frankena (1969) existem dois princípios básicos de obrigação: benevolência e justiça (igualdade).

Quanto à responsabilidade do sujeito sobre o ato moral existem três concepções importantes a respeito: o *libertarismo*, o *determinismo* e a visão de Espinoza (LECLERQ, 1967).

No *determinismo* o homem não pode ser responsável por seus atos porque tudo no universo tem uma causa natural, tudo é pré-determinado e segue uma ordem que está fora da interferência do homem. Segundo essa teoria, que tem como influência Charles Darwin e a *Teoria da Seleção Natural*, o meio ambiente e a hereditariedade são os que mais influenciam o comportamento do indivíduo, somente os que se adaptam às variações do meio sobrevivem. Para os *libertaristas* o homem é responsável por todos os seus atos porque possui o livre-arbítrio. Ele pode interagir e interferir em tudo na natureza para poder realizar suas vontades (LECLERQ, 1967).

Espinoza, racionalista do século XVII é o principal representante da filosofia panteísta espiritual. Sua moral é uma das chamadas *monistas*, que se apóiam mais no espírito que nas sensações físicas. Segundo o *panteísmo* desse autor, Deus e natureza são uma mesma coisa e os seres são como partes desse *Todo universal* (LECLERQ, 1967). O pensamento de Espinoza a respeito da necessidade de conhecermos nosso lugar no todo universal foi desenvolvida por Hegel, filósofo idealista alemão do século XIX que influenciou as teorias de Marx e Engels, teóricos

socialistas autores do *Manifesto Comunista* de 1848, que, dentre outras coisas, pregava a derrubada da burguesia e revolução do proletariado (LECLERQ, 1967), suas teorias defendiam basicamente que o homem deve lutar pela sua libertação desse todo, deve assumir o controle das coisas. Para Hegel (LECLERQ, 1967), representante do *monismo idealista alemão*, o pensamento é tudo e tudo é pensamento, o Estado é a manifestação mais perfeita do pensamento humano; o dever moral do homem, portanto, é seguir e obedecer ao Estado (LECLERQ, 1967).

Quando falamos em atos morais e o que leva o homem a praticá-los é importante comentar que existem valores morais e não-morais. Um objeto pode ser bom para uma determinada coisa, mas isso não implica um valor moral, mas um valor de mercado. Valor vem do grego, *axios*, define algo valoroso, daí falarmos em *axiológico*. Um objeto pode ter valor por si só (objetivismo) ou ter valor para o homem (subjetivismo), ou ambos. Para Vazquez (2004), o ato moral pretende ser uma realização do bom (VAZQUEZ, 2004).

Os estudos da Ética nesse sentido podem ser divididos em dois grupos: filósofos que prescrevem o que é bom e filósofos que prescrevem o que deve ser o bom. Essa divisão data a partir da *Guilhotina de Hume*, segundo a qual não se deduz um *deve ser* de um *é*. Esta explicação para o pensamento do filósofo Hume (1711-1776) significa que uma norma moral (deve ser) não pode ser encarada como um juízo factual (*é*). São os fatos, o comportamento dos membros de uma comunidade que devem se adequar a um sistema de normas, ou seja, o *é* deve seguir o *deve ser*.

Os juízos fatuais sobre o comportamento dos homens reais de uma comunidade determinada não pode justificar as normas que prescrevem esse comportamento (VAZQUEZ, 2004, p. 251).

Kant foi um dos filósofos que basearam sua teoria moral no *deve ser*. Na *Crítica da razão prática* (2006) pergunta: *o que devemos fazer? Que podemos esperar?* Como complementação a este último ele escreveu a *Fundamentação da metafísica dos costumes* (1997), em que expressa e justifica os objetos da Moral e da Ética.

Kant (1997) coloca liberdade e razão intrinsecamente ligadas quando fala de moralidade; todo ato moral deve ser incondicionado. Como princípios regentes da

*razão pura prática* existem os *subjetivos*, ou seja, as máximas individuais que determinam a ação e os *objetivos*; em que o dever determina a vontade que determina a ação. Somente o dever pode ser usado para um ato verdadeiramente moral. Um princípio, ligado ao prazer ou desprazer, que serve como máxima ao sujeito jamais servirá como lei prática de moral (Kant, 1997).

O homem deve, portanto, transformar suas máximas individuais em máximas universais e a vontade, cuja forma legisladora máxima serve de lei, é a vontade livre. O livre-arbítrio deve ser constringido pelo respeito ao dever moral (Kant, 1997).

Em *A fundamentação da metafísica dos costumes*, Kant (1997) diz que uma ação praticada por dever tem o seu valor moral, não no propósito que com ela se quer atingir, mas na máxima que a determina. Esta máxima de que Kant fala seria uma lei geral que deve determinar todo ato moral, máxima do dever guiada pelo princípio da boa vontade: o *imperativo categórico*, que se contrapõe ao *imperativo hipotético* que visa sempre um determinado fim (KANT, 1997).

Esse imperativo é *formal*, que para Kant (1997) significa intencional, incondicional, em oposição ao imperativo hipotético, ele vale por si mesmo. A intenção seria a forma do ato, daí falar-se em *formalismo kantiano*. A humanidade deve sempre ser vista como fim, não como meio, portanto o dever é universal. A boa vontade que nos dá intenção de agir segundo uma máxima universal nos leva ao imperativo categórico:

Age somente em concordância com aquela máxima através da qual tu possas ao mesmo tempo querer que ela venha a se tornar uma lei universal (KANT, 1997, p.94).

Para Kant (1997), o cumprimento do dever não implica somente a boa vontade, mas autonomia. A boa vontade é fruto da razão, autonomia é a liberdade da vontade e essa autonomia só é alcançada com o controle dos impulsos e inclinações.

Ora à idéia de liberdade está inseparavelmente ligado o conceito de autonomia, e a este princípio universal de moralidade, o qual na idéia está a base de todas as ações dos seres racionais como a lei natural está na base de todos os fenômenos (KANT, 1997, p.102).

A responsabilidade exige consciência do ato e essa consciência significa conhecimento dele, ou seja, da regra que o prescreve e das possíveis sanções. Esse conhecimento a respeito de uma situação moral nos dá liberdade para agir, é o livre arbítrio. Por outro lado, essa liberdade só é propiciada quando não existe coação, ou seja, quando nada, nem ninguém nos obriga a agir de uma determinada forma. Quando não há ignorância nem coação, há liberdade, logo, há responsabilidade sobre a ação.

O homem só pode ser responsável pelos atos cuja natureza conhece e cujas conseqüências pode prever (VAZQUEZ, 2004, p.116).

Essa autonomia do ato moral dá ao sujeito toda a responsabilidade por seus atos, que são frutos de uma vontade refletida, logo o ato moral é essencialmente humano, pois só os homens podem responder pelos seus atos. Só existe ato moral se houver intenção, liberdade e responsabilidade (VAZQUEZ, 2004).

## **2.2 A Autonomia Moral segundo a Psicologia**

Para Vazquez (2004), responsabilidade moral significa conhecimento das regras morais e capacidade de prever as conseqüências que resultarão de seus atos, o indivíduo deve praticar o ato livre de qualquer coação seja ela interna ou externa. Logo, se há conhecimento suficiente do contexto e de suas prescrições morais, se não há coação, o sujeito é plenamente autônomo para decidir sobre seus atos.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Piaget e seus seguidores, como Kohlberg (1992) e Turiel (1984), investigaram a formação da autonomia moral. Inspirado em concepções como a de Durkheim e de Kant, Piaget, em *O Juízo Moral Na Criança* (1994) dividiu o desenvolvimento moral do ser humano em três fases: *anomia*, *heteronomia* e *autonomia*.

### 2.2.1 A teoria de Jean Piaget

A teoria de Piaget engloba o desenvolvimento cognitivo e o moral. Em seu livro *A Construção do Real na Criança*, Piaget (1975) descreve o desenvolvimento das estruturas mentais nas crianças de zero a dois anos e em *Seis Estudos de Psicologia* (1964), descreve as mudanças essenciais na vida afetiva e intelectual em crianças e adolescentes. Não nos aprofundaremos, neste trabalho, na teoria cognitiva de Piaget, porém, achamos necessárias algumas explicações sobre o desenvolvimento de estruturas mentais para que se possa entender melhor a parte de moralidade em seu trabalho.

Até os cinco meses, a criança simplesmente exercita seus reflexos, sua noção de objeto é vaga, os quadros são sensoriais e facilmente esquecidos, ela se mantém em uma posição de espera. Podemos observar alguns reflexos condicionados e as *reações circulares primárias*, ou seja, repetição variada e graduada de comportamentos e gestos (PIAGET, 1975).

Entre os cinco e sete meses, a criança começa a aplicar os esquemas conhecidos aos novos quadros, ela já reconhece os objetos e coordena seus sentidos. As causas de certos resultados são para ela mágicas ainda. Ela já desenvolve noções de antes e depois.

Com 8 meses a criança começa a passar por uma fase intermediária, nem reflexa, nem conceitual. Ela busca ativamente objetos desaparecidos, já tem alguma noção de perspectiva, é uma fase de experimentação. Quanto ao tempo, ela principia uma ordenação de fatos mais recentes na memória. A partir dos 10 meses até um ano e meio, a criança começa a exercitar seus esquemas, ela procura objetos no último lugar onde os viu, se utiliza de suportes, descobre as propriedades dos objetos, tem noção de perspectiva (PIAGET, 1975).

Entre um ano e meio e dois anos a criança já consegue prever os acontecimentos, inventar e representar. Ela percebe o próprio corpo como objeto e representa movimentos, mas a ordenação dos fatos em sua memória é muito frágil ainda e ela não consegue entender muitas causas de acontecimentos, ela somente prevê alguns efeitos, este período é chamado de *sensório-motor* (PIAGET, 1975).

Nesses dois primeiros anos de vida a criança passa de uma situação de egocentrismo para a observação de um universo independente, se utilizando para isto dos processos de *adaptação* e *organização*. O processo de adaptação, fruto de

uma relação de desequilíbrio do organismo com o meio ambiente, envolve dois movimentos distintos, porém complementares: *assimilação* e a *acomodação*.

O espírito só pode encontrar-se adaptado a uma realidade se houver uma acomodação perfeita, isto é, se nada mais vier, nessa realidade, modificar os esquemas do sujeito. Mas, inversamente, não há adaptação se a nova realidade tiver imposto atitudes motoras ou mentais contrárias as que tinha sido adotadas no contato com outros dados anteriores: só há adaptação se houver coerência, logo, assimilação (PIAGET, 1970, p. 18).

Assim como a acomodação complementa a assimilação, e vice-versa, a *adaptação* se desenvolve paralelamente à *organização*.

A 'concordância do pensamento com as coisas' e 'a concordância do pensamento consigo mesmo' exprimem essa dupla *invariante funcional* da adaptação e da organização. Ora, esses dois aspectos do pensamento são indissociáveis: é adaptando-se às coisas que o pensamento se organiza e é organizando-se que estrutura as coisas (PIAGET, 1970, p. 19).

Os processos de adaptação e organização são chamados *invariantes funcionais*, pois se estendem por toda a vida e em todos os indivíduos, sempre equilibrando a troca de informações entre o organismo e o meio.

Estes processos desencadeiam uma sucessão progressiva de esquemas que são responsáveis pela passagem da inteligência *sensorio-motora* para um período de pensamento conceitual, o *pré-operacional*. A criança vai deixando o exercício dos reflexos (condicionados ou inatos) para começar a representar, a se utilizar de combinações mentais que resultam em conceitos, um princípio já de operações lógicas.

Com o aparecimento da linguagem ocorrem mudanças afetivas e intelectuais na criança, a socialização se inicia, com trocas *interindividuais*. Com a capacidade de elaborar narrativas, ela internaliza a palavra e os significados, surge o pensamento propriamente dito. O período de aproximadamente dois a sete anos é chamado de pré-operacional (PIAGET, 1964).

Com aproximadamente sete anos, a maioria das crianças entra em idade escolar, nesse período, chamado de operacional concreto, essa interação social é fundamental para a coordenação das ações individuais com as dos outros e da

noção de outras perspectivas. Intelectualmente, chama a atenção o desenvolvimento das noções de tempo, espaço e causalidade (PIAGET, 1964).

A partir dos 12 anos, período operacional formal, a criança, ou melhor, adolescente, já consegue construir sistemas e teorias, as operações lógicas passam da forma concreta para o plano abstrato, não necessitando da experiência, a partir desse período, o organismo fornece todas as condições para formação completa da autonomia moral (PIAGET, 1964).

Em *O juízo moral na criança*, Piaget (1994), desenvolveu estudos sobre o desenvolvimento moral; observando as crianças jogando bolinhas de gude, percebeu que os menores, entre um e três anos, jogam por si, ignoram regras e se preocupam mais em apalpar os objetos que em jogar. Piaget iniciou seus estudos investigando as regras de jogos de crianças, como o de bolinha de gude, e notou que existem rituais e símbolos individuais em crianças pequenas, como ainda há um forte egocentrismo, esse período é chamado de *anomia* moral (PIAGET, 1994).

As crianças um pouco maiores, de quatro a sete anos, já jogam, mas de acordo com suas próprias regras, porém tem respeito pelo que os mais velhos explicam sobre o jogo e as maiores se preocupam em jogar corretamente e reformular regras para o agrado de todos. Essas crianças se encontram, cognitivamente, no que Piaget chamou de período *pré-operacional*, caracterizado pela *imitação*, e na fase moral da *heteronomia*, em que as regras são impostas pelos mais velhos e devem ser respeitadas incondicionalmente (PIAGET, 1994).

Piaget se serviu de várias histórias-estímulo para abordar alguns temas morais como a mentira, o roubo e os *desajeitamentos*. Ele entrevistou as crianças levando em conta três tipos de leis que direcionam o comportamento: a lei física (orgânica, impulsos), regra moral e ritual individual (hábitos), diferir estes comportamentos é fundamental para se avaliar o estágio em que se encontra a criança e seu juízo moral, ou seja, a consciência que ela tem da regra moral. Além disso, é preciso diferir três tipos de regras relacionadas à moral:

- a) A regra motora: hábito.
- b) A regra coercitiva: unilateral, fruto da pressão sobre o indivíduo.
- c) A regra racional: fruto do respeito mútuo (PIAGET, 1994).

Nas crianças menores existe um *respeito unilateral*, mais pelo grupo, que pela tradição da regra. Esta tradição se caracteriza por um misticismo em torno de um grupo de regras que não só vemos em crianças pequenas como em sociedades

antigas, *gerontocráticas*, nas quais não existe autonomia moral, mas um respeito unilateral pelas regras do grupo que foram passadas de geração a geração (PIAGET, 1994).

Existe também a *responsabilidade objetiva* que se dá, principalmente, entre as crianças pequenas, até 7 anos; elas costumam julgar os atos pelas conseqüências, isto, devido à coação que sofrem por parte do adulto, que as castiga quando fazem alguma *arte* e também pelo egocentrismo infantil. Por exemplo: uma criança aprende que roubar é errado e pronto; ao ouvir histórias sobre roubos julga que o ladrão deve ser severamente castigado, independente se sua intenção foi boa ao roubar. O mesmo se dá com os *desajeitamentos*, ou seja, incidentes (muitas vezes involuntários) que crianças menores algumas vezes cometem; alguns adultos se estressam e as castigam e então elas assimilam que cometer *gafes* é errado e motivo para punição (PIAGET, 1994).

A mentira também entra nos temas que despertam a *responsabilidade objetiva*: mentir é errado independente da intenção, é o que pensam as crianças pequenas. Mas este pensamento vai se modificando na medida em que se desenvolve a cooperação e o respeito mútuo. Nasce aí a *responsabilidade subjetiva*, que é julgar o ato pela intenção. A criança começa a observar seus semelhantes e a julgar seus atos e dos outros, comparando-os (PIAGET, 1994).

Uma outra questão abordada é a da *responsabilidade comunicável* e a *coletiva*. A primeira existe quando um grupo é punido pela falta de um de seus indivíduos. Piaget não conseguiu encontrar vestígios de responsabilidade coletiva em suas pesquisas com crianças, por exemplo, afirma que existe solidariedade em grupos de crianças maiores de não delatar o culpado, mas entre as pequenas isto não existe, as crianças maiores preferem aceitar a punição do grupo à delação.

A noção de responsabilidade vem evoluindo com o passar do tempo, a das sociedades antigas era objetiva e comunicável, a nossa é subjetiva e individual. Pensando em sociedade descobrimos que o crime está diretamente ligado à responsabilidade, pois o que procuramos hoje, dentro do campo de Direito Penal é descobrir o crime e punir o criminoso.

A partir daqui começamos a cogitar a espiritualização do sentimento de responsabilidade; a primitiva é objetiva, pois se dá em uma relação material entre crime e criminoso, mas, se para nós a responsabilidade nasce da consciência do criminoso e de uma relação psicológica entre este e o fato, temos uma relação

espiritual; a vida social, à medida que se individualiza, torna-se mais interior, subjetiva (PIAGET, 1994).

Embora pareça o ideal, não o é; quanto mais subjetivo se torna o conceito de responsabilidade, mais indefinido e vulnerável ele é. Em uma sociedade em que um indivíduo está socializado e a responsabilidade é cada vez mais subjetiva, conseguimos observar ainda resquícios de um respeito unilateral, pois se há sanção em uma sociedade e também uma relação mística entre crime e criminoso, há falta de autonomia e se há falta de autonomia há respeito unilateral e este respeito nada mais que é que fruto de pressão sobre o indivíduo por outra geração mais velha (PIAGET, 1994).

Quanto à justiça entre as crianças, podemos dizer que, excluindo as crianças pequenas, só encontramos sanções não expiatórias; Durkheim diz que estas só são aplicadas no caso de ofensas aos sentimentos (PIAGET, 1994). Para Piaget, existem dois tipos de sanções: as expiatórias e as por reciprocidade. As primeiras são arbitrárias, as segundas podem apresentar uma variedade, pois punem de acordo com ato errado cometido, vejamos:

- a) Exclusão momentânea ou definitiva do próprio grupo;
- b) Conseqüência direta e material dos atos: não ter pão quando não quis ir comprá-lo, etc. Este tipo de sanção é defendido por Rosseau e Spencer, segundo eles a punição é sentir as conseqüências naturais de seus atos;
- c) Privar o culpado de uma coisa da qual ele abusa;
- d) Pena de Talião, ou seja, fazer à criança o que ela fez;
- e) Sanção restitutiva: devolver o objeto quebrado ou pagar;
- f) Repreensão moral: conversar com o culpado e explicar porque ele errou (PIAGET, 1994).

Piaget notou que as crianças menores são mais severas e preferem aplicar sanções expiatórias quando são interrogadas sobre a punição de culpados. Ele também investigou a questão da justiça *retributiva*, que ocorre quando punimos um inocente ou recompensamos um culpado (PIAGET, 1994).

O autor diz que existem algumas manifestações instintivas da criança como a vingança e a compaixão, quando esses sentimentos intervêm no julgamento da criança, a tendência é que ela apele para a justiça *retributiva*, no adulto isto também pode ocorrer. Preferimos, no entanto, não falar em compaixão ou vingança como

sentimentos inatos, mas em instinto de defesa e de simpatias por parte do ser humano (PIAGET, 1994).

Piaget observou que a *justiça distributiva*, oposto da *retributiva*, vai aparecendo entre as crianças com o passar dos anos. Os conflitos surgem, principalmente, na questão igualdade-autoridade, a criança quer não só igualdade entre as crianças, mas entre ela e o adulto também. A noção de justiça se desenvolve à custa da submissão da criança ao adulto, às regras e também da solidariedade entre elas. A coação do adulto inibe a formação da autonomia, no sentido de podar o raciocínio individual, as atitudes de cooperação e a reflexão sobre as regras. A criança só vai refletir sobre a regra moral e o respeito mútuo quando deixar de se centrar em si mesma e começar a enxergar o outro como igual (PIAGET, 1994).

Durkheim (2001), sociólogo francês do século XIX, considera toda moral como imposta pelo grupo ao indivíduo e pelo adulto à criança. Enquanto Piaget defende uma educação visando à autonomia da criança, Durkheim defende uma pedagogia mais hierárquica. Para ele existem dois tipos de sociedade: uma conformista, em que prevalece o respeito unilateral e outra com divisão do trabalho social e solidariedade orgânica.

Para Durkheim (2003), a função da moral é atenuar e regular a luta pela vida, ou seja, regular a *seleção natural* (Darwin). Os motivos que levam o homem ao ato moral são, em primeiro lugar, o *eu* e seu desenvolvimento natural, impulsionado pela luta pela sobrevivência e, em segundo lugar, o desejo e respeito pela simpatia (DURKHEIM, 2003).

Interrogarmo-nos sobre quais os elementos da moralidade, não significa pretendermos elaborar uma lista completa de todas as virtudes, nem sequer das mais importantes; significa procurarmos as disposições fundamentais, os estados de espírito que constituem a raiz da vida moral (DURKHEIM, 2001).

Para Durkheim (2001), toda regra pressupõe um dever, de cumpri-la, para manter uma determinada ordem, portanto, encerra uma regularidade. Para que se mantenha essa ordem, essa regularidade é necessária uma autoridade que observe o cumprimento dessas regras e que deve inspirar respeito nos cidadãos. Essa autoridade pode ser tanto o Estado, como é o caso das regras jurídicas, como a sociedade, como é o caso das regras morais, e representa algo que sobrepõe ao indivíduo.

Nesse caso é necessário disciplina por parte do indivíduo, para que se efetue o cumprimento das regras e se mantenha a ordem social. A disciplina é, portanto, algo que nasce do respeito do indivíduo pela ordem social e que tem como função limitar e regular elementos, para que se estabeleça o equilíbrio social.

A disciplina é, portanto útil, não só no interesse da sociedade e como meio indispensável sem o qual não poderia haver cooperação regular, mas também no próprio interesse do indivíduo. É através da disciplina que aprendemos essa moderação do desejo sem o qual o homem não conseguiria ser feliz (DURKHEIM, 2001).

Este primeiro elemento da moralidade, o espírito de disciplina, está diretamente relacionado com os outros dois, pois não há disciplina sem adesão aos grupos sociais e não há adesão consciente nem equilíbrio social, resultantes desse espírito, sem autonomia da vontade do indivíduo.

Os atos prescritos pelas regras morais contêm a característica de perseguirem fins impessoais. Esses fins não dizem respeito nem ao indivíduo, nem a qualquer outro membro do grupo, são supra-individuais. De onde se conclui que, se uma moral existe, ela deve necessariamente ligar o homem a objetivos que ultrapassem o âmbito dos interesses individuais (DURKHEIM, 2001).

Para Durkheim, somente a sociedade pode ser levada em consideração quando se prescreve um ato ou uma regra moral. Para o indivíduo, a sociedade engloba diversos grupos sociais que sobrepõem sem se excluírem, como família, pátria e humanidade. Para que o homem seja moral é necessário que ele respeite e se insira na sociedade e esta é a primeira finalidade de uma educação moral. A criança tem na família e na escola as primeiras amostras de vida social e é importante que ela se adapte a elas para que aos poucos vá conhecendo e respeitando grupos maiores de indivíduos.

Quando se trata de autonomia, Durkheim se aproxima de Kant (2006), no sentido de que, para ambos os autores, o dever moral produz no indivíduo autônomo um sentimento de respeito que o leva a praticar conscientemente o ato moral, essa iniciativa é encarada como liberdade da vontade do indivíduo, pois se houver qualquer tipo de coação, seja ela interna ou externa, há somente a heteronomia.

Na sociedade, a diferença entre coação e cooperação é mais de grau do que de qualidade. Portanto, existe coação em qualquer tipo e sociedade, seja esta coação direta ou indireta (pressão do grupo sobre a consciência do indivíduo). Tudo

é coação, a consciência individual não basta para elaborar princípios lógicos ou morais (PIAGET, 1994).

Então nos deparamos com a questão do bem e do dever. Para Durkheim, ambos são originados do sagrado e entramos novamente na questão da pressão das gerações umas sobre as outras, mas Piaget contesta esta teoria afirmando que há sentimento de dever sem desejo e, portanto mesmo que haja respeito unilateral, o medo e o amor envolvidos já se tornam elementos para a *desejabilidade*. Se para Durkheim o ato moral exige esforço, isso não quer dizer, necessariamente, imposição ou coação (PIAGET, 1994).

Para Durkheim (2001) existem três elementos na moralidade: o espírito de disciplina, o apego aos grupos sociais e a autonomia da vontade. O primeiro seria primordial já que a moral é um conjunto de regras a serem seguidas. O segundo seria importante, pois é o grupo que estimula o indivíduo à prática da moral, e também por sermos seres sociais. O terceiro é importante no sentido que é contrário à imposição de regras à consciência do indivíduo. Após esclarecer estes elementos, Durkheim se pergunta como construir a moralidade na criança. Ele compara o professor leigo aquele sacerdote das sociedades antigas, que se achava representante de Deus, suas leis não estavam em discussão, porque o professor é o representante das leis, uma autoridade; só que a autoridade da regra é maior que a sua. Defende, portanto uma sanção expiatória, necessária para simbolizar a autoridade do professor e para punir um erro, mas condena a violência corporal, segundo ele, um despotismo (DURKHEIM, 2001).

As crianças obedecem a uma infinidade regras, que lhe propomos, mas para Piaget (1994) as diferentes variedades de regras não obedecem às mesmas leis *psicossociológicas*. Existem dois tipos de regras: as fundadas no respeito unilateral e as no respeito mútuo. A democracia na escola tem se mostrado fundamental para o despertar do respeito mútuo e o desenvolvimento da autonomia. É necessário deixar a criança adquirir por si o hábito do trabalho e a disciplina interior. Se necessário aplicar uma sanção que seja ela de reciprocidade.

A moral não é homogênea porque nasce na sociedade e esta também não é. O social é um conjunto de relações de coação e cooperação. A sociedade, tal qual a criança passa por uma evolução, do respeito unilateral ao respeito mútuo, para chegar à autonomia. Nem as normas lógicas, nem as morais são inatas, é preciso construí-las. Esta construção só é possível com a interação entre os

indivíduos. O indivíduo é dotado de estruturas que lhe permitem uma autonomia, mas por si só permanece egocêntrico. Só a cooperação leva à autonomia.

A autonomia só aparece com a reciprocidade, quando o respeito mútuo é bastante forte, para que o indivíduo experimente interiormente a necessidade tratar os outros como gostaria de ser tratado (PIAGET, 1994, p. 155).

## 2.2.2 Kohlberg e os estágios de desenvolvimento moral

Baseado no trabalho de Piaget, Kohlberg investigou os níveis de desenvolvimento moral em adolescentes e adultos jovens, subdividindo os três níveis citados por Piaget (anomia, heteronomia e autonomia), em seis estágios. Porém, a abordagem de Kohlberg é mais centrada nas operações lógico-matemáticas que Piaget investigou que no juízo moral e seu desenvolvimento, averiguando o modo de raciocínio de adultos e elaborando entrevistas (MARTINS, 2006).

O quadro 1 resume os estágios e níveis de desenvolvimento moral de Kohlberg (1992) levando em consideração: o modo correto de agir para cada estágio, as razões para essa ação e a perspectiva social do estágio.

Quadro 1 – Níveis e estágios da teoria do desenvolvimento moral de Kohlberg (1992)

<b>Nível e estágio</b>	<b>Modo correto de agir segundo o estágio</b>	<b>Razões para agir corretamente</b>	<b>Perspectiva social do estágio</b>
<b>Nível 1 – Pré-convencional</b>			
<b>Estágio 1: moralidade heterônoma</b>	Obedecer as regras para evitar punição; evitar causar danos a pessoas e/ou propriedades.	Evitar a punição das autoridades.	Egocentrismo; falta de perspectiva individual, não considera outros pontos de vista, heteronomia.
<b>Estágio 2: moralidade individualista, instrumental</b>	Seguir as normas por interesses individuais e universalizar essa conduta; considera correta o intercâmbio individual.	Atender seus próprios interesses; saber que as outras pessoas também tem seus interesses.	O correto é relativo pois, o indivíduo sabe que as outras pessoas também tem seus interesses individuais.
<b>Nível 2 - Convencional</b>			

<b>Estágio 3: perspectivas interpessoais mútuas. Relações e conformidade interpessoais.</b>	Interpretar o papel de bom, corresponder as expectativas de todos, ter boas intenções.	Necessidade de ser bom com os outros, lealdade, aprovação do grupo.	Interesses do grupo acima dos individuais.
<b>Estágio 4: sistema social e consciência.</b>	Cumprir as leis sociais e jurídicas em toda e qualquer situação; colaborar com instituições.	Todos devem cumprir seu papel para que o sistema continue funcionando.	Toma o ponto de vista do sistema em detrimento do individual, manutenção da lei e ordem, contrato social é inviolável.
<b>Nível 3 – Pós-convencional</b>			
<b>Estágio 5: moralidade dos direitos humanos e bem-estar social</b>	Considerar a diversidade de valores tanto individualmente como de grupos. Manter a imparcialidade das normas e preservar a vida e a liberdade em qualquer situação social.	A sociedade é composta de indivíduos com direitos iguais e universais e as leis devem ser justas.	Consciência individual racional; leva em consideração outros pontos de vista e sabe que acordos devem nascer do consenso, apesar de conflitos, contrato social democrático.
<b>Estágio 6: princípios éticos universais</b>	Respeitar as leis universais como igualdade, liberdade e justiça acima de leis jurídicas.	Crença nos princípios universais, autonomia, imperativo categórico.	Considera a pessoa como fim e não como meio.

Fonte: LEPRE, 2005.

Os estágios de desenvolvimento são estruturas de pensamento sobre as prescrições, sobre as regras ou princípios que nos direcionam em ações morais. Para que investigar esses níveis, Kohlberg (1992) criou dilemas que envolvem questões sobre direitos, obrigações e justiça. Esses dilemas morais fazem referência a três problemas de justiça identificados na *Ética a Nicômano*, de Aristóteles e são eles: justiça *distributiva* (comandada por uma autoridade ou sociedade), *corretiva* (envolve compensação, reparação de danos) e *comutativa* (centrada em acordo, contrato social). Kohlberg também investigou o problema da justiça *processal*, pela qual se considera a perspectiva dos outros envolvidos e também se tenta aplicar o *imperativo categórico* de Kant (KOHLBERG, 1992).

A entrevista permite a investigação e classificação em três níveis de desenvolvimento subdivididos em seis estágios, como já dissemos. O primeiro nível é chamado Pré-Convencional, está relacionado a acontecimentos externos e resulta nos dois primeiros estágios: de *moralidade heterônoma* e de *moralidade individualista*. O estágio 1 é caracterizado pelo realismo moral, ou seja, os atos morais são julgados segundo as conseqüências, não se levando em conta as intenções e as variações de significados, as qualidades são inerentes no indivíduo, existe um forte maniqueísmo, a orientação é para obediência e heteronomia (KOHLBERG, 1992).

O estágio 2, da *moralidade individualista e instrumental*, se caracteriza por uma perspectiva individualista concreta, há uma consciência de que cada pessoa tem seus próprios interesses e que esses podem entrar em conflito, sendo assim, o moralmente correto é relativo. As normas morais não têm valores fixos, pois servem para equilibrar os interesses dos indivíduos (KOHLBERG, 1992).

O segundo nível, *Convencional*, é caracterizado pela manutenção da ordem e das expectativas dos outros. No estágio três, *moralidade normativa interpessoal*, o indivíduo preocupa-se com a opinião dos outros e se comporta bem para manter uma boa imagem, para ser o “bom menino”. A finalidade das normas é manter as relações com o grupo e a lealdade entre os pares e são obrigatórias. As ações são baseadas na reciprocidade concreta, ou seja, deve-se ajudar os outros desde que eles façam o mesmo por nós (KOHLBERG, 1992).

No estágio 4, *moralidade do sistema social*, há uma preocupação com a ordem social e submissão a uma autoridade. O indivíduo toma consciência de que faz parte de um *todo*, uma sociedade, e que é seu dever ajudar na manutenção e no equilíbrio desse todo. Perseguir os próprios interesses só é legítimo se não prejudicar a ordem, ou seja, o sujeito começa a aderir o *contrato social*.

No nível 3, chamado *Pós-Convencional*, o sujeito, já identificado com as regras da sociedade, começa pensar em valores que garantam os direitos e o bem-estar social. No estágio 5, *moralidade dos direitos humanos*, os valores morais se apóiam nas condutas e direitos compartilhados pelo grupo. A utilidade das leis jurídicas se mede pela proteção que essas dão aos direitos humanos fundamentais. Alguns direitos, como a vida, são considerados invioláveis pela própria manutenção da sociedade e esses direitos estão acima de leis jurídicas ou convenções sociais (KOHLBERG, 1992).

O estágio 6 é chamado o de *moralidade de princípios éticos universais*, o sujeito considera os direitos e deveres de cada um e aplica o *imperativo categórico* de Kant em suas ações morais . São características desse estágio: a ênfase no diálogo, o cuidado com as pessoas, respeito pela dignidade humana. Os vários princípios de justiça incluem a máxima qualidade de vida para cada cidadão, a liberdade incondicional para si e para os outros desde que se respeite o espaço de cada um, a justiça na distribuição de bens e na formulação das leis jurídicas. Quando o indivíduo atinge esse último estágio ele é plenamente autônomo (KOHLBERG, 1992).

### 2.2.3 A teoria de domínios sociais de Turiel

Para Turiel o indivíduo desenvolve seu conhecimento em contato com o meio social. A interação com esse meio e aquisição de experiências produzem no sujeito três grandes domínios de pensamento:

- a) Domínio psicológico: conceito de pessoa ou sistemas psicológicos;
- b) Domínio social: conceitos de sistemas e relações sociais;
- c) Domínio moral: julgamentos prescritivos de justiça, direitos e bem-estar.

(MARTINS, 2006)

Turiel (1984) destacou em seus estudos dois domínios nos quais os indivíduos se apóiam para organizar seu pensamento e sua conduta: o *domínio moral* e o *convencional*. Enquanto as convenções são baseadas no contexto social têm suas regras ditadas por ele, o domínio moral não se baseia nesse contexto nem depende dele; suas regras têm a liberdade de serem mais subjetivas.

Las convenciones son uniformidades conductuales que sirven para coordinar interacciones sociales y están vinculadas a contextos formados por sistemas sociales específicos; las convenciones se basan en acciones arbitrarias que son propias de tales contextos. (TURIEL, 1984, p.13)

A teoria de domínios sociais de Turiel considera o sujeito em contato direto com o fenômeno social, definindo-o, interpretando-o e julgando-o, construindo assim

as categorias fundamentais do conhecimento social e seus domínios básicos, o da moralidade e das convenções.

Berkowitz, Guerra e Nucci (1991), baseados na teoria de Turiel investigaram a relação entre nível de desenvolvimento moral e uso de drogas nas pesquisas mais recentes. Os autores não encontraram dados relevantes que relacionem autonomia e uso de drogas, porém, estudos posteriores destes e outros revelaram que jovens norte-americanos consideram a conduta de uso de drogas como parte do domínio pessoal, não moralizado (MARTINS, 2006).

A partir dessas pesquisas, a conduta de uso de drogas passa a ser estudada dentro do *Domínio Pessoal* (MARTINS, 2006). Pensando nisso, vamos investigar o raciocínio moral de universitários usuários de maconha levando em consideração que se trata de assunto não moralizado. Porém, avaliar o desenvolvimento moral desses jovens, dentro das teorias de Kohlberg (1992) e Piaget (1994) é importante, pois o uso envolve fatores de risco que estão relacionados com a autonomia.

## 2. 5 Autonomia Moral e Uso de Drogas

A discussão sobre autonomia e uso de drogas passa, no nosso entendimento por uma compreensão das visões que a sociedade tem sobre o uso de drogas. Tanto a sociedade brasileira como a de outros países do mundo ocidental. Enquanto os países fazem acordos internacionais de restrição ao uso de drogas e combate ao tráfico, a sociedade brasileira discute a *descriminalização* das drogas. Um mercado ativo de drogas, seja ele clandestino ou não, é prejudicial à saúde pública, mas caberia ao Estado ditar as regras de conduta dos indivíduos quando se trata de sua própria saúde? (INCHAURRAGA, 2002).

Não discutiremos a questão da legalização mais profundamente nesse trabalho, mas é importante lembrar que a maioria das Constituições Nacionais contém artigos sobre o respeito à privacidade do cidadão, sua liberdade individual e autonomia sobre seus bens e seu corpo (INCHAURRAGA, 2002).

No Brasil, a Constituição de 1988, em seu artigo 5º, traz o seguinte:

X - **são invioláveis a intimidade, a vida privada**, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação (BRASIL,1988).

Baseado nesse artigo, o Tribunal de Justiça de São Paulo, tomou recentemente uma decisão, referente a uso de drogas, que ratifica a autonomia do cidadão:

Esta posição é vista na decisão da 6ª Câmara do Tribunal de Justiça de São Paulo (rel. José Henrique R. Torres), que considerou o porte de droga para uso próprio como um ato não delituoso. Esta decisão fundamenta-se na Constituição brasileira, invocando os princípios da ofensividade (não há crime sem ofensa ao bem jurídico), igualdade (há muitas outras "drogas" cujo consumo não é incriminado: bebidas alcoólicas, p.ex.) e intimidade (o Estado não tem o direito de invadir a intimidade da pessoa para proibi-la de usar o que quer que seja) (GOMES, 2008).

Dentre os muitos argumentos jurídicos para a proibição está o de que as drogas fazem mal à saúde. Aí surge uma contradição, já que o álcool e o tabaco, por exemplo, são substâncias que causam mais danos à saúde e são lícitos:

O álcool está presente em quase todas as culturas e participa do cotidiano da Humanidade. É também, a substância que mais causa danos à saúde, causa dependência e possui um quadro de abstinência que pode levar ao óbito, senão tratada (MARQUES e RIBEIRO, 2006, p.48).

A expectativa de vida de um indivíduo que fuma muito é 25% menor que a de um não-fumante. Entre as 25 doenças relacionadas ao hábito de fumar, todas são causas de morte: doenças cardiovasculares (43%); câncer (36%); doenças respiratórias (20%) e outras (1%) (MARQUES e RIBEIRO, 2006, p. 80).

Outro forte argumento do Estado é de que as pessoas que usam drogas não sabem o que fazem e de que o Estado deve ocupar-se delas não deixando que elas façam mal a si mesmas; esse argumento, conhecido como *paternalismo jurídico*, é que mais se relaciona com a autonomia do cidadão; ele está em oposição à liberdade do indivíduo, invadindo seus domínios pessoais. A única razão para o Estado interferir na liberdade de escolha de seus cidadãos é evitar que algum deles prejudique a sociedade (INCHAURRAGA, 2002).

O desenvolvimento da autonomia moral, do auto-respeito e da auto-estima, pode influir na decisão de usar ou não drogas no sentido de os jovens poderem

refletir sobre os problemas pessoais e sociais que podem ter se adotarem este tipo de conduta, ajudando-os a lidar com os fatores de risco. Quanto aos jovens que já usam, ao atingirem a autonomia, podem repensar sua conduta, abandonando por si mesmos hábitos prejudiciais. Caberia ao Estado, portanto, somente sua formação, sua conscientização e informação a respeito dos perigos das drogas; promovendo o desenvolvimento da autonomia que servirá de base para sua decisão.

Vazquez (2004) considera que o ato autônomo deve se dar sem qualquer tipo de coação interna ou externa; para Kant (1997), o ato nasce do respeito que se tem pelo dever e não por temor pela regra, dever esse que deve ser pensado como universal. Piaget (1994) e Durkheim (2001) também defendem que não há autonomia e respeito unilateral. A autonomia só se desenvolve com respeito mútuo, socialização e democracia; e a liberdade de qualquer tipo de coação.

Pois bem, um Estado que prioriza a proibição em detrimento da educação moral de seus cidadãos, estará gerando uma obediência unilateral, um cumprimento de dever por coação e, se as leis não são revistas e postas em discussão, temos *heteronomia*, o que, além de não incentivar, atrofia o desenvolvimento da autonomia. É nessa conjuntura que relacionamos uso de drogas e desenvolvimento moral.

Dentre as drogas ilícitas optamos por estudar a maconha, por ser a mais usada entre os jovens e por não haver estudos que mostrem a conduta de uso sob uma perspectiva moral. A análise pode ser feita dentro de teorias cognitivas de desenvolvimento moral, como a teoria do desenvolvimento de Piaget (1994), a teoria de julgamento moral de Kohlberg (1992) e a classificação de domínios sociais de Turiel (1994).

### 3 A MACONHA

A maconha é a substância ilícita mais utilizada e mais facilmente encontrada no Brasil (CARLINI et al., 2005); em pesquisa realizada na UNESP, 14,9% dos alunos já experimentaram maconha (KERR-CORRÊA, 2001); uma revisão da literatura sobre o tema nos mostrou que não existe no Brasil pesquisa que investigue a relação do uso de maconha com autonomia entre universitários. Pensando nesses dados, escolhemos o tema desse trabalho. No presente capítulo apresentaremos primeiro; a história da maconha e sua proibição no Brasil; em segundo lugar, os dados epidemiológicos mais recentes e o perfil atual do usuário da droga.

#### 3.1 A Legislação sobre Maconha e outras Drogas na História do Brasil

Desde o início, as grandes navegações européias buscavam no Oriente a aquisição de plantas exóticas, chamadas, então de *drogas*. A palavra droga provavelmente vem do termo holandês *droog* e significa, *a priori*, conjunto de substâncias naturais usadas na medicina e na alimentação, especiarias. Com o passar do tempo, a expansão do comércio, o termo passa também a designar substâncias que poderiam ser consumidas pelo mero prazer (VENÂNCIO, 2005).

No Brasil, os colonizadores portugueses, ao fazerem contato com os nativos locais descobriram as chamadas *drogas quentes* (de países tropicais) que provocavam efeitos alucinógenos e relaxantes. Por essa época, não havia uma distinção, em se tratando de drogas, entre remédio e alimento; as substâncias eram comercializadas e consumidas indiscriminadamente (VENÂNCIO, 2005).

Em 1830, durante o Primeiro Império, a maconha é proibida pela primeira vez no Brasil, coincidentemente, por essa época há um grande crescimento da população miscigenada e negra. Começava então um processo de marginalização das drogas, principalmente a maconha, que era muito popular entre certas camadas da sociedade:

A maconha, já antes de sua proibição, era diretamente associada às classes baixas, aos negros e mulatos e à bandidagem, associação que marca a simbologia do consumo dessa planta até os dias de hoje (VENÂNCIO, 2005, p.263).

Muitos fatores contribuíram para a marginalização do uso de drogas, tanto no Brasil como nos outros países. Os Estados Unidos - EUA desencadearam esse processo, iniciando perseguição ao comércio e uso de algumas drogas. Vários podem ser os fatores que levaram esse país às proibições: a antipatia cristã por substâncias que alteram os sentidos; o uso dessas substâncias por *classes baixas*, como negros e imigrantes; interesses econômicos e políticos que desejavam monopólio de comércio de outras substâncias como tabaco, por exemplo. O fato é que o governo passou a tratar o uso de algumas drogas como caso de saúde pública e iniciou uma guerra contra esse tipo de comércio (VENÂNCIO, 2005).

A guerra dos EUA era contra todos os *vícios*: masturbação, álcool, drogas, jogo e prostituição. Essa guerra logo se expandiu pela América Latina e pela Europa, seja por pressão direta do governo norte-americano, seja por interesses comerciais; gerando acordos internacionais que tratavam o uso de algumas drogas como caso de segurança e saúde pública.

Segundo os estudos de Fiore (apud VENANCIO, 2005, p. 258), tanto médicos quanto militares apoiaram o governo em suas proibições, os médicos queriam o controle do comércio dessas substâncias e o exército via o consumo dessas como um perigo para a sociedade, devido aos efeitos psíquicos das drogas, que segundo eles, provocavam revoltas populares. Eles acreditavam que substâncias como a maconha faziam as pessoas perderem o juízo e as deixava violentas; casualmente, a maconha era uma droga mais consumida entre camadas mais pobres (VENANCIO, 2005).

O Brasil segue o exemplo dos EUA e inicia também sua repressão às drogas; em 1912 adere à Convenção de Haia, primeiro tratado internacional de controle sobre ópio, cocaína, morfina e heroína. Em 1932 é promulgada uma nova legislação que incluía também a maconha, e que tratava o uso de drogas como crime prevendo a internação do usuário. Quatro anos depois surge a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes - CNFE, que elabora uma nova legislação, já sob o controle do Estado Novo, a Lei de Fiscalização de Entorpecentes (Decreto-lei nº 891 de 1938). Segundo esse documento legal, a *toxicomania* passa a

ser crime e tratada doença infecciosa, quem for pego utilizando drogas deve ser preso e isolado das outras pessoas nas instituições nas quais forem detidos (VENÂNCIO, 2005).

Em seu artigo *Redução de danos para o uso de cannabis*, MacRae (apud SILVA e MOREIRA, 2006), comenta que não era somente contra as drogas que os EUA e Brasil se voltavam com esses acordos e leis, mas sim contra algumas camadas da sociedade:

Quando a promulgação ocorreu, em 1936, houve violentas campanhas de cunho declaradamente racista. Estas retratavam o costume de fumar *cannabis* como a 'vingança do derrotado', enfatizando assim sua origem africana. [...] Muniram-se, assim, as autoridades de novos pretextos para manter a população negra, então considerada 'classe perigosa', sob vigilância (SILVA e MOREIRA, 2006, p. 364).

A partir daí seguiram-se tratados cada vez mais rígidos, até 1961 com a Convenção Internacional Única sobre Entorpecentes, organizada pela Organização das Nações Unidas - ONU, esse tratado distribuía todas as drogas em quatro níveis de periculosidade e todas eram proibidas. A maconha era do nível IV, ou seja, de baixa toxicidade, não sendo considerada *droga pesada*. A partir dessa convenção o Brasil inicia um processo de implantação das propostas discutidas, através de leis e criação de órgãos especializados:

Para se adequar aos novos tratados, um grupo de trabalho, entre os quais participava um psiquiatra (Oswald Moraes de Andrade), é nomeado pelo governo militar para elaborar um anteprojeto que, depois de revisto por uma série de ministérios, resultaria na Lei de Tóxicos, aprovada e promulgada em 1976 (Lei n. 6.368). Essa lei cria o SNPFRE – Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes, e o Confen (Conselho Federal de Entorpecentes), um conselho nos mesmos moldes da CNFE (VENÂNCIO, 2005, p. 269).

A lei nº 6.368 exclui a internação e abranda a pena para usuários, mas mantém o nível de *hierarquia* das drogas. Essa lei também passa o controle do uso de drogas somente ao Ministério da Saúde (VENÂNCIO, 2005).

Em 1998 há uma alteração, o Decreto nº 2.632, que cria a Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD e o Conselho Nacional Antidrogas – CONAD; que formam o Sistema Nacional Antidrogas (VENÂNCIO, 2005). Dentre os diversos

objetivos de ambos, está a descentralização, por parte do governo federal, do controle e prevenção do uso de SPA, dando mais autonomia aos estados e municípios.

Hoje, quem controla o uso de drogas no Brasil é a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; é ela quem decide quais substâncias devem ser proibidas ou restritas.

Uma nova lei, nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, *descriminalizou* o uso de drogas, ou seja, o usuário não é mais tratado como criminoso, somente o traficante. Porém, como se observa a seguir, a lei é ambígua, podendo ser interpretada de acordo com cada juiz, ou seja, não diferencia o padrão exato de porte para uso e para tráfico:

Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

I - advertência sobre os efeitos das drogas;

II - prestação de serviços à comunidade;

III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa (BRASIL, 2006).

Como argumentos básicos para essa lei, o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD, propõe:

Art. 4º São princípios do Sisnad:

I - o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, especialmente quanto à sua autonomia e à sua liberdade;

II - o respeito à diversidade e às especificidades populacionais existentes;

III - a promoção dos valores éticos, culturais e de cidadania do povo brasileiro, reconhecendo-os como fatores de proteção para o uso indevido de drogas e outros comportamentos correlacionados;

Art. 19. As atividades de prevenção do uso indevido de drogas devem observar os seguintes princípios e diretrizes:

- I - o reconhecimento do uso indevido de drogas como fator de interferência na qualidade de vida do indivíduo e na sua relação com a comunidade à qual pertence;
- II - a adoção de conceitos objetivos e de fundamentação científica como forma de orientar as ações dos serviços públicos comunitários e privados e de evitar preconceitos e estigmatização das pessoas e dos serviços que as atendam;
- III - o fortalecimento da autonomia e da responsabilidade individual em relação ao uso indevido de drogas; (BRASIL, 2006).

Como se pode observar, o Estado agora passa a considerar a autonomia e liberdade do cidadão no que diz respeito ao uso de drogas e restringe seu papel à prevenção, tratamento e reinserção de ex-dependentes na sociedade.

### **3.2 A Conduta de Uso de Maconha: Dados Epidemiológicos e Perfil do Usuário.**

A maconha é uma droga que causa efeitos tanto físicos quanto psíquicos e estes são percebidos como agradáveis pela maioria dos usuários. Como efeitos físicos a literatura científica mostra que as pessoas podem sentir taquicardia, tontura, retardo psicomotor, letargia, depressão, dificuldade de memória de curto prazo, alterações no raciocínio e concentração, mas não há um consenso sobre danos causados ao sistema nervoso a longo prazo (MARQUES e RIBEIRO, 2006).

Ainda há pouco consenso a respeito das complicações crônicas do consumo de maconha, como seqüelas ao funcionamento cognitivo, (...). No entanto, há evidência de que o uso prolongado de maconha é capaz de causar prejuízos cognitivos relacionados a organização e integração de informações completas (MARQUES e RIBEIRO, 2006, p.108).

Rigoni *et al.* (2007) investigaram as funções cognitivas de adolescentes usuários de maconha e notaram *déficits* de atenção, retardo psicomotor e perda de memória de curto de prazo nos jovens que haviam usado recentemente. Porém, não se pôde investigar prejuízos de longo prazo por se tratarem de usuários muito jovens (média de idade de 15,2 anos de idade).

Um estudo recente, feito entre usuários de risco de maconha e ex-usuários constatou que os *déficits* cognitivos são reversíveis e relacionados ao consumo

recente de maconha e não estão relacionados ao uso cumulativo ao longo da vida (MARQUES e RIBEIRO, 2006).

### 3.2.1 Dados epidemiológicos da maconha

Carlini *et al.* (2005) mostra um aumento do uso da vida de maconha em comparação com o último levantamento (2001), cerca de 8,8% dos entrevistados já usaram a substância (em 2001, esse índice foi de 6,9%), dos quais 2,6% no último ano e 1,9% no último mês; é a droga ilegal com maior porcentagem de uso na vida. Essa pesquisa também demonstrou que para 65,1% dos entrevistados a maconha é a droga mais facilmente encontrada. Quanto à região Sudeste, a pesquisa mostrou que cerca de 10,3% dos entrevistados já fizeram uso na vida de maconha; junto com a região Sul tem a maior porcentagem de uso. O resultado do uso de maconha na vida no Brasil, 8,8%, ainda se encontra abaixo dos Estados Unidos (40,2%) e Reino Unido (30,8%).

Pesquisa realizada na UNESP, em 1998 (KERR-CORRÊA *et al.*, 2001) mostra que cerca de 45% dos alunos já experimentaram alguma droga ilícita na vida e 14,9% já experimentaram maconha. Essa pesquisa também demonstra que morar em *república*, relatar que fez uso antes de entrar na faculdade e ter amigos que não desaprovam o uso são alguns dos fatores de risco para o uso de maconha.

Coutinho *et al.* (2004) compararam as representações sociais dos universitários das áreas tecnológica, da saúde e jurídica acerca do uso da maconha e constaram que:

Os universitários de direito objetivaram suas representações com base nas questões legais e sociais; os de saúde, nas concepções médico-orgânica e psicossocial; e os de tecnologia fundamentaram suas representações em elementos psicossociais. (COUTINHO *et al.*, 2004, p.1)

Quanto ao posicionamento frente ao uso de maconha a maioria dos estudantes foi favorável a esta conduta:

Das representações dos universitários de tecnologia, 60% foram favoráveis e 40% desfavoráveis; dos da área de saúde, 44% tiveram um posicionamento favorável, 15% foram desfavoráveis e 41% neutros; e das representações dos universitários da área jurídica, 32% foram favoráveis e 68% desfavoráveis (COUTINHO et al., 2004, p.2).

Quanto às causas do uso de maconha Coutinho et al. (2004) demonstra que a maioria dos estudantes aponta a fuga dos problemas como motivador para esta conduta: 48% dos da área de Tecnologia, 49% dos da área de Jurídica e 61% dos da área de Saúde.

Pensando nestes dados, se a principal causa do uso de maconha for realmente fugir dos problemas, como acreditam os estudantes dessa pesquisa, então a formação da autonomia moral seria muito importante para evitar essa conduta.

### **3.2.2 O perfil atual do usuário de maconha**

O perfil do usuário de drogas vem sendo bastante investigado atualmente no Brasil; além dos dados epidemiológicos, crescem as pesquisas sobre a conduta social dos mesmos.

Sobre a origem e desenvolvimento da *drogapedendência*, Brickman et al. (1982) apontam a existência de quatro modelos formados a partir de respostas *sim* ou *não* para duas questões: 1ª) Em que medida a pessoa é responsável pela origem do problema? 2ª) Em que medida uma pessoa é responsável pela solução do problema? ; modelo estes apresentados no quadro a seguir:

Quadro 2 – Origem e desenvolvimento da drogadependência

	Modelo moral	Modelo espiritual	Modelo de doença	Modelo compensatório
A pessoa é responsável pela origem do problema?	Sim	Sim	Não	Não
A pessoa é responsável pela solução do problema?	Sim	Não	Não	Sim

Fonte: (BRICKMAN et al., 1982)

No *modelo Moral*, a pessoa é responsável pela origem e desenvolvimento do problema porque deve se comportar de um modo correto e deve ser punida caso não se comporte, pois só ela é responsável pela solução de seus problemas. No modelo Espiritual, a pessoa é responsável pela origem, mas não pela solução do problema, pois tudo que ocorre em sua vida é controlado por um Poder Maior, um exemplo desse modelo é o dos Alcoólicos Anônimos – AA. Apesar de não ser declaradamente vinculada a nenhuma religião, o AA prega que para vencer o alcoolismo é preciso reconhecer e se submeter à proteção de um ser superior, que ajude o alcoólico a manter a sobriedade (BRICKMAN *et al.*, 1982).

No *modelo de doença*, a pessoa não é responsável nem pela origem nem pela solução do problema, pois isso se deve a fatores biológicos como hereditariedade. Por fim, existe o modelo compensatório, em que a pessoa não é responsável pela origem do problema (que pode ser biológica, psicológica e/ou social), mas é pela sua solução, já que pode remodelar sua conduta (BRICKMAN et al., 1982).

Pensando no *modelo compensatório*, é importante notar a relevância dos fatores de risco na conduta de risco e dependência de SPA. Marques e Ribeiro (2006) dividem os fatores de risco para o desenvolvimento da dependência por SPA em três grupos: fatores biológicos (hereditariedade, tolerância à substância, grau de toxicidade da droga, etc.); psicológicos (distúrbios cognitivos, doenças psíquicas, expectativa quanto ao efeito da droga, problemas de interação social) e sociais (exclusão social, baixa escolaridade, pressão do grupo, etc.).

Todos esses fatores influenciam no consumo que varia entre baixo e alto risco. O uso nocivo acarreta prejuízos sociais e físicos, enquanto que a dependência pode levar ao óbito. Como prevenção, basicamente, devemos visar a redução da demanda do consumo de drogas, mas isso não é simples, portanto, seria importante começar a pensar em reduzir os fatores de risco.

Pesquisas mostram que a conduta de uso de drogas se desenvolve, geralmente, no início da adolescência e é construída socialmente (MARTINS, MANZATO e CRUZ, 2005); como fator de prevenção, pode-se tentar oferecer ao jovem uma vida familiar e social bem estruturada; com a convivência baseada no diálogo e no respeito: entre o adolescente e sua família, escola, comunidade e sociedade.

O papel da família é muito importante no desenvolvimento da autonomia e pode atuar como fator de prevenção ao consumo de drogas; Ferreira e Souza Filho (2007) estudaram o contexto familiar de universitários usuários e não-usuários, no Rio de Janeiro, e concluíram que:

Entre os não-usuários a autoridade coexistiu com relações interpessoais de companheirismo e partilha, num contexto familiar que predominaram não aspectos afetivos, mas prática de proteção e cuidados. Podemos afirmar que o papel da família na prevenção do uso de drogas está associado à autonomia, diferenciação e garantia de um espaço próprio para o jovem (FERREIRA e SOUZA FILHO, 2007, p.1).

Pavani *et al.* (2007) realizaram um levantamento nas escolas públicas de São José do Rio Preto em 2003, sobre o uso de maconha entre os estudantes de Ensino Médio e constaram que um bom relacionamento com os pais e programas feitos em família eram predominantes entre os não-usuários de maconha, enquanto que pais separados ou com um relacionamento ruim e pouca interação familiar era mais comum entre usuários.

O papel da escola na formação de um julgamento sociomoral e na conscientização sobre os prejuízos causados pelo uso de drogas também é muito importante, tanto que o volume VIII, dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1996) prevê o desenvolvimento de Programas de Saúde e do estudo de Ética.

Enquanto a família pode atuar no campo afetivo, a escola pode se concentrar em prevenir alguns fatores de risco como os sociais, ou seja, preparar o aluno para lidar com a pressão do grupo, ajudar a desenvolver a interação social, a auto-estima. Também é importante que a escola divulgue sistematicamente informações a respeito dos prejuízos causados pelas drogas, ajudando a quebrar possíveis expectativas boas quanto aos efeitos das SPA.

Alguns estudos com jovens evidenciaram a importância da busca do prazer e da expectativa positiva quanto aos efeitos de drogas. Fonseca *et al.* (2007) investigaram as representações sociais de estudantes de Psicologia a respeito de maconha e constataram que os usuários do sexo masculino buscaram a droga pela primeira vez para obter prazer físico enquanto que os do sexo feminino, para se libertar de pressões sociais.

Pedroso *et al.* (2006) realizaram uma revisão na literatura a respeito da expectativa dos jovens em relação a SPA e concluíram que quanto ao álcool, tabaco e maconha, as expectativas são extremamente positivas, embora falte mais artigos a respeito de maconha. Coelho Junior e Gontiers (2000) pesquisaram o consumo de álcool e maconha por adolescentes sob uma perspectiva psicossocial e concluíram que a mídia e a sociedade mantém um discurso ambíguo em relação a essas drogas, o que além de não ajudar a desenvolver uma opinião concreta nos adolescentes a respeito de drogas, dá margem a interpretações errôneas a respeito da conduta de uso e dos efeitos das drogas.

Noto, Galduroz e Carlini (1995) investigaram o uso de maconha sob quatro parâmetros epidemiológicos: estudantes de ensinos Fundamental e Médio, meninos de rua de ambos os sexos de três capitais brasileiras, internações por uso de drogas por sete anos consecutivos (87-93), e apreensões de drogas pela Polícia Federal no período de 1987 a 1993. A pesquisa mostrou que as internações por maconha decaíram, assim como as apreensões da planta; mostrou também que, enquanto o consumo de maconha entre os meninos de rua não sofreu variações significativas, o uso entre estudantes aumentou progressivamente com o passar dos anos.

Magalhães, Barros e Silva (1991) pesquisaram o padrão de uso de maconha entre os universitários da cidade de São Paulo e traçaram um perfil desses jovens, o usuário padrão seria: homem, solteiro, de nível socioeconômico alto e que consumiu pela primeira vez durante a adolescência. A pesquisa também pôde constatar que há um grupo padrão para os usuários, ou seja, os jovens que fumam, o fazem

socialmente, geralmente em programas culturais, enquanto que os não usuários preferem ficar em casa estudando e/ou vendo televisão. Esses mesmos pesquisadores, em uma pesquisa sobre a frequência do uso de maconha entre os universitários, concluíram que a maioria também usava álcool e tabaco e cerca de 90% dos usuários já experimentaram outra droga ilícita na vida.

Nosso objetivo nesse trabalho é avaliar o nível de desenvolvimento moral de jovens universitários e investigar como eles vêem sua própria conduta e postura em relação ao uso da droga.

## 4 MÉTODO

Para cumprir nossos objetivos, a pesquisa foi dividida em duas partes. Primeiramente foi realizado um levantamento inicial com 155, de um universo de 393 formandos, do ano de 2007, dos cursos de graduação oferecidos em um dos *campi* da Universidade Estadual Paulista - UNESP que concordaram em responder o questionário. Esse levantamento possibilitou identificar os não usuários de qualquer tipo de SPA dos que fazem o uso de álcool, tabaco e algumas drogas ilícitas como maconha, cocaína, crack, anfetaminas e solventes. Os dados revelaram que 119 alunos nunca experimentaram maconha e 36 sim.

Na segunda parte, a partir desses dois grupos separamos os usuários de maconha, que passaremos a nos referir como grupo A. Selecionamos uma quantidade igual de alunos que nunca usaram maconha, grupo que passaremos a denominar como B.

Portanto, um total 72 alunos foram convidados a responder a entrevista. Dos alunos convidados, 34 responderam ao contato e se dispuseram a responder a entrevista. Marcamos as entrevistas para serem realizadas individualmente, na casa do pesquisador ou em local isolado na faculdade. Conseguimos entrevistar somente um total de 21 alunos, sendo 16 do grupo A.

A entrevista sobre julgamento moral foi aplicada nos participantes dos dois grupos. Os pertencentes ao grupo A responderam, também, uma entrevista específica sobre uso abusivo de maconha.

### 4.1 Local da Pesquisa

O campus universitário que estudamos possui nove cursos de graduação distribuídos pelas três grandes áreas de conhecimento; Humanidades, Biológicas e Exatas; são cerca de dois mil alunos.

## 4.2 Participantes

Nesta seção apresentamos os participantes do levantamento inicial e da entrevista.

### 4.2.1 Participantes do levantamento inicial

Os participantes do levantamento inicial são formandos de quatro cursos de graduação: Ciência da Computação, Matemática, Letras (noturno e diurno) e Biologia. Cuidamos para que fossem abrangidas as três grandes áreas de conhecimento. Dos 155 participantes 11 alunos eram *especiais*; alguns também formandos de outros cursos, e estavam presentes na aula quando aplicamos o instrumento. A média de idade do grupo do L.I. é de 22,51 anos (DP = 2,78). A tabela 1 mostra as características dos participantes do Levantamento Inicial.

Tabela 1 – Características dos participantes do levantamento inicial

	<i>f</i>	%
Alunos formandos em 2007	393	100,0
Alunos que responderam o levantamento inicial	155	39,0
Participantes do sexo feminino	89	57,4
Área de conhecimento dos alunos		
Humanas	52	33,5
Exatas	66	42,6
Biológicas	37	23,9
Nível sócio-econômico		
A (A1 + A2)	33	21,3
B (B1 + B2)	81	52,3
C (C + D)	41	26,5
Religião		
Católica	80	51,6
Em branco	40	25,8
Outras religiões	35	22,6
Usuários de maconha	36	23,2
Pontuação no AUDIT $\geq$ 8	31	20,0

De acordo com o critério de avaliação de nível socioeconômico da ABA/ABIPEME (ALMEIDA e WICKERHAUSER, 1991) os participantes se dividiram

em três classes A, B e C, sendo a maioria dos participantes de classe B: 81 (52,3%), ou seja, classe média. De acordo com o Teste de Identificação de Desordens devido ao Uso de Álcool – AUDIT (BABOR et al, 1992) 124 alunos (80%) foram identificados como negativos, ou seja, pontuaram até sete, o que representa uma conduta de beber de baixo risco, e 31 alunos (20%) como positivos.

Quanto à religião, 51,6 % dos alunos declararam serem católicos, 25,8% não responderam e 22,6 % citaram outras religiões (como espiritismo, budismo e evangélica) ou se declararam ateus ou agnósticos; agrupamos estes últimos pela baixa porcentagem.

#### 4.2.2 Participantes da entrevista

Dos 34 alunos que haviam se comprometido somente 21 responderam nossa entrevista sendo que destes 16 eram do grupo A e 5 do B. A média de idade dos participantes é de 22,28 anos; na tabela 2 podemos observar as características desses participantes.

Tabela 2 – Características dos participantes da entrevista

	Grupo B		Grupo A	
	f	%	f	%
Total de participantes	5	100,0	16	100,0
Participantes do sexo feminino	1	20,0	10	62,5
Área de conhecimento				
Humanas	3	60,0	10	62,5
Exatas	1	20,0	4	25,0
Biológicas	1	20,0	2	12,5
Nível sócio-econômico				
A (A1 + A2)	1	20,0	1	6,3
B (B1 + B2)	3	60,0	10	62,5
C (C + D)	1	20,0	5	31,2
Religião				
Católica	0	0,0	2	12,5
Em branco	2	40,0	7	43,8
Outras religiões	3	60,0	7	43,8
Pontuação no AUDIT $\geq$ 8	1	20,0	10	62,5

Comparando o grupo entrevistado com o do levantamento inicial (Tabela 1) nota-se que há um predomínio de participantes da área de humanas, tanto entre os

do grupo B quanto os do grupo A. Estes participantes se caracterizam, em relação a religião, por terem declarado *outras religiões* ou deixaram *em branco* esta questão (ambos 43,8%). Quanto ao consumo de álcool, medido pelo AUDIT, 62,% dos positivos pontuaram 8 ou mais, o que é um indicativo de beber de risco.

### 4.3 Instrumentos

#### 4.3.1 Instrumentos do levantamento inicial

A primeira etapa consistiu numa avaliação composta de cinco partes:

- a) Variáveis sócio-demográficas: nome, telefone, endereço, curso, período, turma, idade e sexo;
- b) Avaliação do nível sócio-econômico via critério Brasil (ALMEIDA e WICKERHAUSER, 1991);
- c) Religião;
- d) Identificação dos consumidores de álcool com o instrumento de teste de Identificação de Desordens Devido ao Uso de Álcool – AUDIT (BABOR et al, 1992);
- e) Avaliação do uso das sete drogas psicoativas mais utilizadas entre adultos jovens (álcool, tabaco, maconha, cocaína, crack, solventes e anabolizantes) e uma questão aberta para apresentar outra droga que estivesse fazendo uso ou já fizera. Foi desenvolvido baseado no questionário elaborado por Smart et al. (1982), sob auspícios da Organização Mundial de Saúde - OMS, e que vem sendo utilizado com frequência em nosso país (por exemplo, ANDRADE et al., 1997; GALDURÓZ et al., 1997; KERR-CORRÊA et al., 2001); (APÊNDICE A).

As variáveis sociodemográficas foram necessárias para a identificação do aluno, que poderia ser chamado futuramente para responder a entrevista, e também para uma avaliação da relação do nível socioeconômico e uso de SPA. Para essa avaliação usamos o critério de ALMEIDA e ABA/ABIPEME (WICKERHAUSER, 1991).

O AUDIT, usado para avaliar o consumo de álcool dos alunos, é um instrumento desenvolvido por um grupo de pesquisadores vinculados a OMS

(BABOR et al., 1992), na década de 80; composto de 10 questões, sua pontuação varia de 0 a 40; foi adaptado para o Brasil por Méndez (1999), e vindo sendo utilizado por diversos estudiosos como Martins (2006), Cruz (2006) e Lepre (2005).

### **4.3.2 Instrumentos da entrevista**

Para verificar o nível de desenvolvimento moral dos universitários que foram selecionados a partir do levantamento inicial utilizamos a entrevista semi-estruturada de Kohlberg (MJL), na forma adaptada por Lepre (2005). Cada parte da entrevista era estruturada com um dilema, seguido de questões dissertativas. Esta entrevista pede que o participante reflita sobre possíveis soluções para três dilemas morais e é composta de três versões paralelas: A, B e C. Em cada uma dessas versões aparecem valores morais em conflito. Assim como Lepre (2005), optamos pela forma A, por ser mais conhecida e pelos dilemas serem mais adequados aos objetivos de nosso estudo. Na forma A os valores em conflito são: vida/lei; moralidade/consciência/castigo e contrato/autoridade. O segundo dilema, (moralidade/consciência/castigo) foi reelaborado, criando uma história que aborda uso de drogas, foi também adaptado de Lepre (2005) e acrescentamos uma quarta parte, sobre uso abusivo de maconha a ser respondida somente por alunos do grupo A (APÊNDICE B).

## **4.4 Procedimentos**

Descreveremos a seguir os procedimentos de cada fase da pesquisa, de acordo com cada instrumento utilizado.

### **4.4.1 Procedimentos do levantamento inicial**

Após a seleção dos cursos e das salas, conversamos com alguns professores para que cedessem parte de suas aulas para que fizéssemos o levantamento inicial, marcamos dias e horários e iniciamos o procedimento. Inicialmente nos apresentamos aos alunos e ao professor explicando a pesquisa.

Em seguida, os alunos foram convidados a participar e entregamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, (APÊNDICE C). Neste TCLE, são dadas todas as garantias de privacidade e confidencialidade dos dados, assim como a possibilidade de se retirar da pesquisa caso se sinta lesado. Como todos eram maiores de 18 anos pedimos que assinassem duas vias do TCLE e nos devolvessem uma. Em seguida, distribuimos os questionários enquanto explicávamos as questões. A aplicação durou cerca de 20 minutos e nos mantivemos presentes na sala esclarecendo as dúvidas. O levantamento inicial durou dois meses.

#### **4.4.2 Procedimento da entrevista**

Para a realização das entrevistas, entramos em contato via correio eletrônico ou telefone com os alunos. Também os procuramos em suas salas de aula na faculdade. Os que se dispuseram a responder agendaram um horário e lugar. Alguns alunos foram à casa do pesquisador, outros responderam em sala isolada na faculdade. Enquanto respondiam as questões podiam dialogar com o pesquisador tirando dúvidas ou comentando os dilemas. Dois alunos responderam por correio eletrônico após terem sido instruídos sobre os dilemas e questões.

#### **4.5 Análise e Registro dos Dados**

Os dados do levantamento inicial foram digitados em uma planilha eletrônica e então exportados para um programa de análises estatísticas (SPSS, 2003) no qual foram feitas todas as análises sobre condição socioeconômica, religião, idade, consumo de álcool e de drogas. Este programa também foi usado para separar os dados dos alunos que responderam a entrevista.

As respostas das entrevistas foram digitadas como texto e arquivadas, sem a identificação dos alunos, que apenas foram divididos em usuários e não-usuários. Os três primeiros dilemas (contrato/autoridade, moralidade/consciência/castigo e vida/lei) foram analisados segundo as teorias de Piaget (1994) e Kohlberg (1992). Primeiramente elaboramos quadros com as respostas resumidas dos 21

entrevistados para cada uma das quatro partes da entrevista (APÊNDICES D, E, F e G). Em seguida, criamos categorias para essas respostas e fizemos uma análise quantitativa, os resultados foram distribuídos em tabelas. Por fim, utilizamos os *critérios piagetianos* e *neokantianos* propostos por Kohlberg (1992) para avaliar normas, elementos e estágios (APÊNDICES H, I e J).

Kohlberg (1992), para facilitar a avaliação e classificação dos níveis de desenvolvimento moral propôs a existência de subestágios: A e B. Dessa forma, dentro de cada estágio temos dois tipos de orientação: A – heterônoma e B – autônoma. Para se classificar a orientação do entrevistado como sendo do subestágio B, Kohlberg propôs o uso do que chamou de critérios *neokantianos* e também os *critérios piagetianos* (LEPRE, 2005)

- a) Eleição: o sujeito deve escolher a solução mais justa para o dilema levando em conta os princípios éticos universais.
- b) Hierarquia: usar a segunda forma do imperativo categórico: não trate as pessoas como meio, mas como fim.
- c) Intrinsecidade: valorizar os direitos de cada pessoa humana e respeitá-los.
- d) Universalidade: usar a terceira forma do imperativo categórico: aja de tal modo que sua vontade possa ser considerada uma lei universal.
- e) Universalidade II: usar a primeira forma do imperativo categórico: aja como se a máxima de sua ação se converta, através de sua vontade, em uma lei universal da natureza.

Critérios piagetianos para o subestágio B:

- a) Autonomia: livrar-se toda coação, seja ela interna ou externa, ao praticar o ato moral.
- b) Respeito mútuo: os autores do dilema devem agir de acordo com os princípios de respeito mútuo.
- c) Reversibilidade: colocar-se sob o ponto de vista de todos os envolvidos no dilema.
- d) Construtivismo: as regras, leis e princípios utilizados para a tomada de decisão moral são construídos pela mente humana em um contexto social onde haja a autonomia, a reversibilidade e o respeito mútuo.

Outra questão levada em conta no momento de avaliar um raciocínio moral é que os estágios podem ser denominados:

- a) Puros: o sujeito age plenamente segundo as características de se estágio;
- b) Transicionais: o sujeito tem mais características de um estágio mais baixo, porém já adquiriu as de um estágio superior;
- c) Em consolidação: há prevalência de um estágio mais alto, mas o indivíduo ainda conserva características do estágio anterior (LEPRE, 2005).

Quanto às perguntas sobre uso abusivo de maconha, fizemos uma classificação das respostas em categorias e comentamos cada questão, expondo nossas análises e justificativas.

#### **4.6 Considerações Éticas**

Este trabalho foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa - CEP do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE), campus da UNESP de São José do Rio Preto - SP que emitiu parecer favorável em 25 de janeiro de 2007 (ANEXO A). Todos os participantes da pesquisa assinaram o TCLE (APÊNDICE C) e foram informados que poderiam desistir da pesquisa caso se sentisse desconfortáveis ou prejudicados. O mesmo comitê de ética aprovou o relatório da pesquisa em 13 de outubro de 2008 (ANEXO B).

## **5 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados serão apresentados de acordo com o instrumento utilizado. Primeiro apresentaremos os referentes ao Levantamento Inicial, em que são explorados os cruzamentos de nível socioeconômico, AUDIT e questionário sobre drogas. Em seguida, apresentaremos os resultados dos três dilemas aplicados nas entrevistas e também os resultados da concepção do grupo A sobre uso abusivo de maconha.

### **5.1 Resultados do Levantamento Inicial**

Após a digitação dos dados dos questionários dos 155 alunos participantes deste estudo em uma planilha eletrônica, realizamos os cruzamentos necessários auxiliados por um programa de análises estatísticas (SPSS, 2003). A tabela 3 mostra os resultados desses alunos quanto ao consumo de seis drogas:

Tabela 3 – Padrão de consumo de drogas <sup>1</sup>

	Grupo B		Grupo A	
	f	%	f	%
<b>Consumo de álcool</b>				
Nunca bebi	13	10,9	0	0
Bebi no ano	79	66,4	35	97,2
<b>Consumo de tabaco</b>				
Nunca fumei	94	79,0	4	11,1
Fumei no ano	9	7,6	20	55,6
<b>Consumo de cocaína</b>				
Nunca usei	119	100,0	28	77,8
Usei no ano	0	0	4	11,1
<b>Consumo de crack</b>				
Nunca usei	119	100,0	32	88,9
Usei na vida	0	0	4	11,1
<b>Consumo de anfetaminas</b>				
Nunca usei	110	92,4	20	55,6
Usei no ano	4	3,4	9	25,0
<b>Consumo de solventes</b>				
Nunca usei	112	94,1	14	38,9
Usei no ano	0	0	10	27,8

<sup>1</sup>das questões de múltipla escolha, desconsideramos alguns dados e apresentamos somente os resultados quanto a *nunca ter usado* e *ter usado no ano*, com exceção do *crack*, que dividimos em *nunca usei* e *usei na vida*, por ter apontado consumo no ano. Separamos os resultados dos 36 alunos do grupo A dos 119 restantes.

A nossa pesquisa demonstra uma relação do uso de maconha com o uso de outras substâncias; como podemos notar os 36 alunos do grupo A consomem também outros tipos de drogas, esse resultado aparece em outras pesquisas. Pavani et al. (2007), ao realizarem um levantamento sobre uso de maconha em escolas concluíram que ingerir bebida alcoólica e fumar tabaco está associado a um maior índice de experiência com maconha. Como podemos notar na tabela 3, 20 alunos do grupo positivo (55,6%) fumaram tabaco *no ano* e todos beberam no ano.

A maconha tem sido vista como uma droga que serve de *porta de entrada* para outras drogas, isso se deve ao fato de que a maioria dos usuários de drogas ilícitas afirma ter começado o uso de uma droga ilegal pela maconha (PAVANI et al. 2007). Porém, alguns pesquisadores não vêem nisso um argumento científico; Masur e Carlini-Cotrim (1987), por exemplo, expõem algumas explicações para isso: a maconha é uma droga popular e de baixo custo; sua aquisição demanda contato com pessoas que muitas vezes usam outras drogas, o que expõe o usuário;

eventuais experiências positivas com a maconha criam expectativas em relação a outras drogas. Pavani et al. (2007) citam que alguns usuários de outras drogas ilícitas que iniciaram sua conduta com maconha buscaram as outras drogas para obter maior prazer.

## **5.2 Resultados das Entrevistas**

Nesta seção apresentamos primeiro os resultados do dilema I (vida/lei), dilema II (contrato/autoridade) e dilema III (moralidade/consciência/castigo, uso de drogas) com os respectivos comentários. Por fim apresentamos as respostas do grupo A sobre uso abusivo de maconha.

### **5.2.1 Os resultados dos dilemas das entrevistas**

No primeiro dilema, Henrique rouba um remédio para salvar a vida de sua esposa (APÊNDICE D). A problemática, tema moral suscitado pelo dilema I, é se ele deveria ter roubado (priorizar vida) ou não (priorizar lei) o remédio e por que. A tabela 4 mostra o resultado das respostas dos alunos entrevistados a esse dilema.

Tabela 4 – categorias de respostas ao dilema 1

Dilema vida/lei	Grupo A		Grupo B	
	f	%	f	%
<b>Questão 1 – deveria roubar remédio</b>				
1 – sim, salvar mulher	11	68,8	4	80,0
2 – não, tentar outra coisa	1	6,3	1	20,0
3 – sim, os fins justificam	1	6,3	0	0
4 – sim, salvar uma vida	1	6,3	0	0
5 – não, roubar é ilegal	2	12,5	0	0
<b>Questão 2 – ato é bom/mal</b>				
1- bom por um lado	4	25,0	3	60,0
2- bom	10	62,5	1	20,0
3- mal	2	12,5	1	20,0
<b>Questão 3 – dever/obrigação de roubar</b>				
1- roubar pra salvar mulher	14	87,5	4	80,0
2- não roubar	2	12,5	1	20,0
<b>Questão 4 – roubar sem amar mulher</b>				
1- deve roubar	9	53,3	4	80,0
2- não deve roubar	7	43,8	1	20,0
<b>Questão 5 – roubar por estranho</b>				
1- sim	8	50,0	3	60,0
2- não	8	50,0	1	20,0
3- depende	0	0	1	20,0
<b>Questão 6 – roubar por animal</b>				
1- sim	9	56,3	3	60,0
2- não	6	37,5	2	40,0
3- Henrique tem problema	1	6,3	0	0
<b>Questão 7 – fazer tudo por uma vida</b>				
1- sim	12	75,0	4	80,0
2- depende da vida	4	25,0	1	20,0
<b>Questão 8 – Henrique está contra lei</b>				
1- sim, está contra lei	16	100,0	5	100,0
<b>Questão 9 – deve-se obedecer lei sempre</b>				
1- sim, exceto quando envolver risco de	11	68,8	1	20,0
2- sim, sempre	4	25,0	3	60,0
3- em branco ou não sabe	1	6,3	1	20,0

O dilema II (contrato/autoridade) mostra a história de João cujo pai prometera que poderia ir ao acampamento caso trabalhasse para conseguir o dinheiro. O pai, porém acaba pedindo emprestado o dinheiro que o filho ganhou (APÊNDICE E). A tabela 5 mostra as respostas dos alunos a esse dilema.

Tabela 5 – categorias de respostas ao dilema 2

<b>Dilema contrato/autoridade</b>	<b>Grupo A</b>		<b>Grupo B</b>	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
<b>Questão 1- negar dar dinheiro</b>				
1 - sim	14	87,5	4	80,0
2 - não	2	12,5	0	0
3- o pai abusa, mas tem autoridade	0	0	1	20,0
<b>Questão 2 – ganhar dinheiro é mais importante</b>				
1- sim	8	50,0	1	20,0
2- não	8	50,0	3	60,0
3- é importante, mas não tanto	0	0	1	20,0
<b>Questão 3 – pai prometer é mais importante</b>				
1- sim, pai deu palavra	9	56,3	4	80,0
2- não, pai tem autoridade	5	31,3	1	20,0
3- não, esforço	2	12,5	0	0
<b>Questão 4 – porque cumprir promessas</b>				
1- responsabilidade	3	18,8	1	20,0
2- realizar algo	1	6,3	0	0
3- credibilidade	5	31,2	0	0
4- honra, caráter	4	25,0	2	40,0
5- verdade	1	6,3	0	0
6- respeito mútuo	2	12,5	2	40,0
<b>Questão 5 – cumprir promessa pra estranho</b>				
1-sim	14	87,5	5	100,0
2-não	2	12,5	0	0
<b>Questão 6 – relação pai/filho</b>				
1- respeito	4	25,0	2	40,0
2- bom senso	1	6,3	0	0
3- bom exemplo	5	31,3	1	20,0
4- amizade, diálogo	2	12,5	1	20,0
5-confiança	2	12,5	0	0
6- amor	1	6,3	1	20,0
7- cumprir promessas	1	6,3	0	0

O dilema III é sobre uso de drogas, mais especificamente a maconha. Paulo havia prometido aos pais não usar drogas quando saísse com seus amigos para que pudesse ir a uma festa, mas acaba usando e é castigado (APÊNDICE F). A tabela 6 mostra as respostas dos alunos.

Tabela 6 – categorias de respostas ao dilema 3

<b>Dilema sobre uso de maconha</b>	<b>Grupo A</b>		<b>Grupo B</b>	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
<b>Questão 1- atitude de Paulo</b>				
1- se deixou influenciar	3	18,8	0	0
2- deveria ter disfarçado	1	6,3	2	40,0
3- errada	6	37,5	2	40,0
4- foi falso	1	6,3	0	0
5- compreensível	5	31,3	1	20,0
<b>Questão 2 – atitude dos pais</b>				
1- correta	13	81,3	2	40,0
2- errada	2	12,5	3	60,0
3- idealista	1	6,3	0	0
<b>Questão 3 – pais devem proibir</b>				
1- sim	3	18,8	1	20,0
2- não, devem aconselhar	11	68,8	4	80,0
3- proibir ambiente	1	6,3	0	0
4- ou proíbe tudo ou nada	1	6,3	0	0
<b>Questão 4 – porque Paulo usou</b>				
1- porque gosta	5	31,3	0	0
2- amigos	6	37,5	4	80
3- curiosidade	3	18,8	1	20
4- ambiente	2	12,5	0	0
<b>Questão 5 – o que faria no lugar de Paulo</b>				
1- não usaria	5	31,3	4	80,0
2- usaria	3	18,8	0	0
3- tentaria não usar	5	31,3	0	0
4- não prometeria	3	18,8	0	0
5- não aceitaria proibição	0	0	1	20,0
<b>Questão 6 – sabia da descriminalização da</b>				
1- sim, concordo	9	56,3	2	40,0
2- não sabia	6	37,5	3	60,0
3- sim, discordo	1	6,3	0	0

Após reunirmos as respostas dos alunos em categorias, começamos a análise das respostas segundo a teoria de Kohlberg (1992), segundo essa teoria ao se fazer uma análise de um dilema moral, devemos ter em mente o seguinte:

a) Normas: conjunto de valores do entrevistado que justificam suas respostas, como por exemplo: vida, lei, contrato, autoridade, etc.

b) Elementos: forma pela qual o entrevistado aplicou a norma.

Os elementos podem se classificar em:

a) Elementos Modais: obedecer, culpar, retribuir, ter um direito, ter um dever.

b) Elementos de valor: conseqüências egoístas (procurar recompensa ou boa reputação); conseqüências utilitárias (boas ou más conseqüências para si ou seu grupo); conseqüências ideais (apoio ao caráter, ou ao auto-respeito, servir ao ideal social, ou a dignidade humana e autonomia); justiça (perspectivas equilibradas ou assumir papéis, reciprocidade, manter a equidade, manter o contrato social).

A avaliação tem como objetivo classificar o desenvolvimento moral do entrevistado em três níveis que subdividem em seis estágios, a tabela 7 mostra o resultado das análises estatísticas das respostas e a classificação dessas segundo a problemática, a norma, e o elemento escolhidos pelos participantes, no dilema I (APÊNDICE H).

Tabela 7 – resultado das respostas ao dilema 1

Dilema vida/lei	Grupo A		Grupo B	
	f	%	f	%
<b>Problemática</b>				
1 - vida	13	81,3	4	80,0
2 - lei	3	18,8	1	20,0
<b>Norma</b>				
1- vida	9	56,3	2	40,0
2- afiliação	5	31,3	3	60,0
3- lei	2	12,5	0	0
<b>Elementos</b>				
1- servir a dignidade humana	7	43,8	2	40,0
2- ter um dever	4	25,0	3	60,0
3- obedecer	3	18,8	0	0
4- assumir papéis	2	12,5	0	0
<b>Estágio</b>				
2	3	18,8	0	0
3	12	75,0	3	60,0
4	1	6,3	2	40,0

Como podemos notar, a maioria dos participantes, analisando por esse dilema, se encontra no Nível Convencional, mais especificamente no estágio três, isso porque a maioria se concentrou nas intenções de Henrique, em suas obrigações como marido, pensando mais em obrigações familiares que com a sociedade, exemplificados nas seguintes falas:

Imagine que a pessoa que está morrendo não é sua mulher, mas um estranho; deveria Henrique roubar o remédio para um estranho? Por quê? (questão 5, Positivo 1)

Não, ele se arriscaria muito e eu julgo que nós só devemos nos arriscar dessa maneira por pessoas que nós amamos e nos são próximas (P1)

Deveria Henrique roubar o remédio? Por quê? (questão 1, P1)

Sim, para salvar a vida de sua esposa (P1).

Esse estágio, da moralidade normativa interpessoal, é caracterizado pela descentralização do eu; o sujeito começa a manifestar preocupação com o grupo, com os princípios de lealdade e cuidados interpessoais; o objetivo é manter a

aprovação social e a confiança pessoal. Surge também o uso da *Regra de Ouro: faço aos outros o que gostaria que me fizessem*, (KOHLBERG, 1992, p.579), mas ela ainda não se universaliza; há também um forte maniqueísmo, ou seja, os bons merecem boas coisas e os maus merecem punição e restrição; as leis ainda causam um grande respeito, quase heterômico; podemos notar esses pensamentos nos exemplos abaixo retirados tanto do trabalho de Kohlberg (1992) quanto de nossas entrevistas:

P. Deberia el juez castigar Heinz?

R. El juiz deveria de considerar por qué lo hizo y ver su historial. Dejarle marchar libre y darle un aviso.

[...]

Deberias ayudar a salvar la vida de otros porque si tu fueras ellos, tu querrias que lo hicieran por ti.

[...]

Todo el mundo debería de obedecer a la ley porque sin leyes la gente inmoral causaria un caos (KOHLBERG, 1992,p. 579).

Se Henrique não quisesse bem sua mulher, deveria roubar o remédio? (questão 4, P1)

Sim,ela faria o mesmo por ele (P1).

Imagine que a pessoa que está morrendo não é sua mulher, mas um estranho; deveria Henrique roubar o remédio para um estranho? Por quê? (questão 5, P1)

Não, ele se arriscaria muito e eu julgo que nós só devemos nos arriscar dessa maneira por pessoas que nós amamos e nos são próximas (P1).

Se Henrique não quisesse bem sua mulher, deveria roubar o remédio? (N2)

Sim, pois o mal das indústrias farmacêuticas hoje é justamente suas patentes, que lhes permitem cobrar absurdos por fórmulas muitas vezes simples e baratas (N2).

No dilema II, a maioria dos alunos considerou que João deveria se negar a dar o dinheiro ao seu pai, porque o pai prometeu e deveria dar o exemplo, mantendo o combinado, como mostra a tabela 8 (APÊNDICE I).

Tabela 8 – resultado das respostas ao dilema 2

Dilema Contrato/autoridade	Grupo A		Grupo B	
	f	%	f	%
<b>Problemática</b>				
1- contrato	14	87,5	5	100,0
2- autoridade	2	12,5	0	0
<b>Norma</b>				
1- contrato	8	50,0	4	80,0
2- propriedade	6	37,5	1	20,0
3- autoridade	2	12,5	0	0
<b>Elemento</b>				
1- manter contrato	8	50,0	4	80,0
2- ter um direito	6	37,5	1	20,0
3- reciprocidade	2	12,5	0	0
<b>Estágio</b>				
2	2	12,5	0	0
3	6	37,5	1	20,0
4	8	50,0	4	80,0

Para a maioria dos participantes, o pai de João deveria ter respeitado o contrato entre eles. Embora o esforço de João seja considerado, o pai manter a promessa e dar um bom exemplo de caráter foi bastante lembrado:

Deveria João negar-se a dar o dinheiro a seu pai? Por quê?  
(questão 1, Negativo1)

Sim, porque ele trabalhou para conseguir, o dinheiro é dele, e ele quer ir acampar (N1).

O fato de que João ganhou o dinheiro por si mesmo é o mais importante nessa situação? Por quê? (questão 2, N1)  
Não, o mais importante é que o pai está faltando com a palavra e sendo egoísta (N1).

O pai prometeu a João que poderia ir ao acampamento se ganhasse o dinheiro. O fato de que o pai prometeu é o fato mais importante nessa situação? Por quê? (questão 3, N1)  
Sim, porque o pai deve dar o exemplo, não se pode manipular os sentimentos das pessoas fazendo falsas promessas (N1).

Como notamos na tabela 8, o estágio predominante é o quatro (sistema social e consciência) que se caracteriza pela preocupação com a manutenção dos

sistemas e normas sociais, todos devem cumprir seu papel, independente da hierarquia. Muitos alunos levaram em consideração a honra, o caráter, a preocupação em fazer um bom papel na sociedade, algo característico desse estágio, como mostra Kohlberg (1992):

P: Es importante cumplir una promesa a alguien que no conoces bien?

R: Si. Quizá incluso más que mantener la promesa a quien ya conoces bien. A un hombre se le juzga a menudo por sus acciones em situaciones como esa, y describirle como un hombre de honor o un hombre de integridade s sin duda muy satisfactorio (KOHLEBERG,1992, p. 582).

No dilema III, Paulo promete aos pais que não consumirá drogas caso eles o deixem ir a uma festa. Porém, ele sai com amigos, bebe e fuma maconha. Os pais o proíbem então de ir. Perguntamos se as atitudes de Paulo e dos pais estão corretas; se os pais deveriam proibir o uso de maconha; porque acham que Paulo consumiu drogas e o que fariam em seu lugar; e por fim, se sabiam que a maconha foi *descriminalizada* e o que pensam disso. A maioria dos participantes respondeu que Paulo está errado, pois deveria ter mantido o combinado, portanto os pais estão certos em puni-lo (APÊNDICE J).

Tabela 9 – resultado das respostas ao dilema 3

Dilema (uso de maconha) punição/	Grupo A		Grupo B	
	f	%	f	%
<b>Problemática</b>				
1- moralidade	3	18,8	3	60,0
2- punição	13	81,3	2	40,0
<b>Norma</b>				
1- contrato	6	37,5	1	20,0
2- autoridade	5	31,3	2	40,0
3- consciência	5	31,3	2	40,0
<b>Elemento</b>				
1- apoio do caráter	7	43,8	0	0
2- boa reputação	1	6,3	0	0
3- ter um direito	4	25,0	2	40,0
4- manter contrato	2	12,5	1	20,0
5- apoio do respeito mútuo	2	12,5	2	40,0
<b>Estágio</b>				
2	2	12,5	0	0
3	2	12,5	2	40,0
4	12	75,0	2	40,0
5	0	0	1	20,0

No dilema apresentado na tabela 9, os participantes já demonstram maior autonomia em suas respostas, acreditamos que isso se dá porque o dilema reflete mais sua realidade, todos comentaram já terem passado por situações parecidas e, portanto, a argumentação tende a ser mais fundamentada. Por esse dilema, a maioria se encontra do estágio quatro, isso porque manifestam uma preocupação com o contrato social, ou seja, suas regras de conduta moral englobam toda a sociedade e não só seu grupo. O bem da maioria é prioridade e as regras servem para preservar a harmonia da sociedade.

Ao salientar a importância do diálogo e dos princípios de igualdade, percebemos que os participantes já demonstram características do estágio cinco, em que a regra de ouro é universalizada e surge o imperativo categórico de Kant, como pode ser visto nos exemplos de falas abaixo:

O que você pensa da atitude dos pais de Paulo? (questão 1, Negativo 5)

Errada. Não basta dizer não, tem que argumentar e ouvir os argumentos dos filhos. A relação deve ser dialética (N5).

O que você pensa da atitude de Paulo? (questão 2, N5)

Acho errado ele não ter cumprido a promessa, porque isso afeta a confiabilidade entre pais e filhos, mas a atitude autoritária dos pais também não procurou construir uma relação assim (N5).

Você acha que os pais devem proibir os filhos de consumirem maconha? (questão 3, N5)

Não uso drogas e não gostaria que um filho meu usasse, mas não acho que proibir seja o caminho. Não usar drogas é para mim uma escolha e não uma obediência (N5).

O que você pensa da atitude dos pais de Paulo? (Q1, P13)

Eles estão certos, era o combinado (P13).

O que você pensa da atitude de Paulo? (Q2, P13)

Na adolescência isso acontece (P13).

Você acha que os pais devem proibir os filhos de consumirem maconha? (Q3, P13)

Não, devem somente aconselhar os filhos e não se meter mais, porque se você pega muito no pé eles vão querer te desafiar e irão usar só de pirraça (P13).

### **5.2.2 A concepção do grupo A sobre uso abusivo de maconha**

A última parte da entrevista se refere às questões sobre uso abusivo de maconha, que investigavam também as situações de uso de maconha do grupo positivo (APÊNDICE IV). Essa parte contém 10 questões e foi respondida por 16 usuários. As respostas foram agrupadas em categorias que descreveremos a partir de agora.

A primeira questão se refere a concepção do entrevistado sobre uso abusivo de maconha. A maioria, 68,8%, dos alunos respondeu que considera uso abusivo consumir a maconha diariamente; 18,8% consideram que seria prejudicar a rotina; 6,3% respondeu que seria fumar muito em uma única ocasião e 6,3% que seria não conseguir ficar sem a droga.

Uma observação importante é que a maioria se encontra entre usuários ocasionais, ou seja, usam a droga esporadicamente. Alguns entrevistados se

referiram ao uso abusivo como aquele que prejudica a rotina da pessoa, ou seja, faz com que ela perca compromissos ou perca o controle sobre a droga.

Quando perguntamos, na segunda questão, se os alunos achavam que faziam uso abusivo de maconha, um participante, P2, respondeu que sim. Segundo ele porque usa todos os dias, embora esteja tentando parar, mas considera usar diariamente uso abusivo. O restante dos participantes respondeu que não e justificou; alguns pararam o consumo e outros dizem só fazer uso em momentos de lazer, ou seja, não consideram que fazem uso abusivo.

Para Marques e Ribeiro (2006) o padrão de uso de drogas varia entre leve, moderado, substancial e pesado. Qualquer consumo, mesmo que moderado e sem qualquer tipo de conseqüências apresenta riscos. O consumo nocivo ou abusivo se caracteriza por:

O consumo eventual em doses maiores, quase sempre estará acompanhado de complicações (acidentes, brigas, perda de compromissos) (MARQUES e RIBEIRO, 2006, p.20).

O uso nocivo (ou abusivo) ainda não é dependência, porém, já acarreta problemas morais ou físicos e pode levar a dependência, que seria:

O consumo é freqüente, compulsivo, destinado à evitação de sintomas de abstinência e acompanhado de problemas físicos, psicológicos e sociais (MARQUES e RIBEIRO, 2006, p.21).

Ou seja, para os entrevistados, eles não fazem uso nocivo, por não se sentirem prejudicados de nenhuma forma pela maconha e também de nunca terem tido algum problema com ela.

A terceira questão investiga as conseqüências negativas que o uso abusivo poderia trazer. Prejudicar a saúde física foi a resposta de 50% dos alunos; 18,8% responderam que a maconha pode prejudicar a saúde mental (perda de memória, falta de concentração); 12,5% não acreditam que a maconha possa prejudicar a saúde; 12,5% responderam que ela prejudica as relações com outras pessoas e 6,3% que ela serve de *porta de entrada* para outras drogas ilegais.

A quarta questão pergunta se há relação de uso de maconha e risco social. Muitos entrevistados não parecem ter entendido bem a finalidade da questão, apesar das explicações do entrevistador, por isso as respostas foram diversificadas

podendo ser divididas em dois grupos: sim, há risco social; 56,3% dos participantes; a maioria citou o tráfico como principal risco, também foram citados a marginalização e o acesso a outras drogas, ou simplesmente *drogas trazem riscos*. Não, não há: 43,8% responderam categoricamente que não acreditam nisso.

As próximas quatro questões, da quinta a oitava, procura investigar a relação do uso de maconha com o grupo de amigos dos entrevistados sendo a primeira delas: *you believe that the use of marijuana can be stimulated by the group of friends?* 87,5% responderam que sim, dependendo da pessoa, os amigos podem influenciar, mas não em todas as situações.

A próxima questão, sexta: *you smoke when you are with the group? How much?* 62,5% dos participantes respondeu que sim; 31,3% e um não respondeu. A sétima questão se refere à influência dos amigos na decisão de usar maconha: *consuming marijuana is a necessary characteristic for members of your group?* Todos responderam que não. Acreditamos que por se tratar de uma universidade e pelo nível de desenvolvimento moral dos participantes de ambos os grupos essa seria a resposta esperada.

Por fim, a oitava questão: *when you experimented marijuana you were alone or in a group?* A maioria dos participantes, 62,5%, respondeu que estavam em grupo quando *experimentaram* a droga; 25,0% estavam sozinhos, um não respondeu e um não lembra.

Perguntamos aos entrevistados se eles conheciam algum programa de prevenção ao uso de maconha; 68,8% deles respondeu que não conhece, 25,0% respondeu que sim e um não respondeu.

Para complementar, perguntamos aos participantes se o uso de maconha já havia prejudicado seu desempenho acadêmico. Somente um entrevistado afirmou que sim. Treze alunos afirmam que não, um não sabe e um não respondeu. A resposta não surpreende já que todos estavam se formando e maioria faz uso esporádico da droga. O participante que afirmou já ter o rendimento prejudicado pela droga, P2 (coincidentemente o único que afirmou fazer uso abusivo), foi procurado depois e pudemos averiguar que ele se formou, inclusive no tempo mínimo do curso.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dissemos no início do trabalho, nossa primeira questão era: qual o nível de desenvolvimento moral dos universitários que usam maconha? Analisando os dados das entrevistas, constatamos que: no primeiro dilema, as respostas mostram que 75% dos usuários se encontram no estágio 3, no segundo e no terceiro dilemas eles se encontram no estágio 4 (50% e 75% respectivamente). Baseados nesses dados podemos concluir primeiro que, os entrevistados usuários de maconha se encontram em estágios avançados de desenvolvimento moral; segundo, não há diferenças significativas no nível de desenvolvimento dos grupos A e B, lembrando que os grupos são de tamanho diferentes e terceiro, os usuários entrevistados não fazem uso abusivo de maconha.

Os universitários do grupo A costumam fazer uso da maconha entre seus pares, porém, essa conduta de uso não é relevante para o grupo. Notamos também, pelas respostas, que a droga só os prejudica quando é misturada a outras drogas e mesmo assim, não houve prejuízos acadêmicos, inclusive porque se trata de formandos.

Em seu artigo *Redução de danos para o uso de cannabis*, Mac Era (*apud* SILVA e MOREIRA, 2006) comenta que o uso de maconha geralmente se inicia em grupos e que estes servem de reguladores, ou seja, em contato com usuários mais experientes, os novatos se informam sobre como usar de modo a não se prejudicar fisicamente ou atrapalhar suas atividades diárias.

O contato com seus pares nas 'rodas de fumo' ajudaria os indivíduos a desenvolverem suas estratégias de consumo controlado. Pela troca de experiências os usuários aprenderiam a distinguir as atividades em que a maconha servia como facilitadora, inspiradora ou complemento agradável, daquelas em que agia como perturbadora ou empecilho (SILVA E MOREIRA, 2006, p. 366).

Esses grupos se tornam importantes também como meio de integração social e mesmo que com o tempo a tendência seja a de se afastar, ou mesmo de o grupo já não ser mais tão presente em sua vida social, os usuários continuam achando importante compartilhar experiências e o *barato*.

Nesse momento a 'roda de fumo' deixava de ser importante como ritual de controle, para ser substituída por sanções internalizadas, passando a ser comum o uso solitário (SILVA e MOREIRA, 2006, p. 366).

É importante que os educadores e pais fiquem muito atentos, quando forem tratar o uso de drogas, para alguns aspectos: primeiro, as drogas não podem ser estudadas de modo geral, cada uma tem um perfil farmacológico e, portanto, diferentes modos de agir no organismo e afetar a saúde; segundo, mesmo que se atente a cada droga separadamente é muito importante que se distinga **uso abusivo** de **dependência** e por fim, nunca tratar a conduta com misticismo, preconceitos e autoritarismo, o diálogo e as informações, assim como troca aberta de experiências são fundamentais ao tratar o assunto.

Como nosso trabalho se propõe a estudar mais especificamente a maconha, vamos fazer algumas considerações a respeito dela.

A maconha, segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS é menos prejudicial que duas drogas lícitas: o tabaco e o álcool, portanto não há argumento nesse sentido para sua proibição ou restrição. Não há qualquer pesquisa que evidencie dependência física de maconha e, mesmo a psicológica ainda não foi unanimemente aceita por ser subjetiva e variar demais entre os usuários (MARQUES e RIBEIRO, 2006).

Quando se trata de educação, retomamos a importância da educação moral, quando se trata de uso de drogas para dois fins: a prevenção e a intervenção. Antes de tudo, é preciso que se elabore ambos os programas fundamentados em princípios de desenvolvimento da autonomia, porém que se saiba diferenciar a aplicação de cada um deles.

Um programa de prevenção ao uso de maconha, por exemplo, pode ser elaborado retomando os conceitos de Vazquez (2004) sobre responsabilidade e liberdade e os de Piaget (1994) sobre educação Internacional e tendo como principal objetivo a redução ou exclusão dos fatores de risco. Já comentamos que os fatores de risco podem ser biológicos, psicológicos ou sociais, pois bem, os dois primeiros estão muito ligados a hereditariedade e devem ser tratados diferenciadamente, porém, os fatores sociais são mais amplos e por isso estão diretamente ligados a educação, são eles:

- 1) Falta de estrutura familiar concreta: violência doméstica, abandono, carências materiais;
- 2) Exclusão social e violência;
- 3) Baixa escolaridade;
- 4) Opções de lazer precárias ou falta de oportunidade de diversão;
- 5) Pressão do grupo para o consumo;
- 6) Ambiente permissivo ou estimulador para o consumo (MARQUES e RIBEIRO, 2006).

Juntamente com os fatores existem os fatores de proteção. No caso de fatores sociais, são considerados os que se opõem aos de risco, por exemplo: boa estrutura familiar, alta escolaridade, ambiente social saudável, etc.

Os fatores 1, 2 e 3 dizem respeito ao ambiente em que a criança cresce, extra-escolar, que muitas vezes não favorece o desenvolvimento moral dela, então, seria função da escola mostrar à criança que existem outros ambientes, fornecer a segurança e recursos (materiais e psicológicos) que lhe ajudem a não ser afetadas por esse meio e, em situações mais graves, retirar-la de tal situação. Os fatores 4, 5 e 6 podem ser reduzidos ou totalmente excluídos com o desenvolvimento da autonomia. A criança ou adolescente vai aprendendo, com o auxílio da educação moral, a lidar com a pressão do grupo e os ambientes estimuladores e a procurar opções de lazer que não envolvam uso de SPA ou qualquer outra coisa que possa trazer riscos a sua saúde física e mental. Em nossas entrevistas, nos chamou a atenção as respostas de um participante do grupo B, classificado no estágio 5 do Nível Pós-Convencional (alto, portanto) que disse nunca ter tido vontade de usar qualquer tipo de droga por não precisar desse tipo de estímulo para se divertir.

Por que você acha que Paulo consumiu álcool e maconha?  
(dilema 3, questão 4)  
Talvez porque viu os amigos fazendo isso e quis experimentar  
(B5).

Se você fosse Paulo, o que faria? Por quê? (dilema 3, questão 5)  
Iria curtir a festa sem usar maconha, porque eu não acho que eu preciso alterar meu estado por meio da maconha para me divertir e também porque prometi que não faria (B5).

Retomando a teoria de Piaget (1994) podemos construir um programa de prevenção baseado no desenvolvimento da autonomia. Para Piaget (1994) A moral

não é homogênea porque nasce na sociedade e esta também não é. O social é um conjunto de relações de coação e cooperação. A sociedade, tal qual a criança passa por uma evolução, do respeito unilateral ao respeito mútuo, para chegar a autonomia.

Nem as normas lógicas, nem as morais são inatas, é preciso construí-las. Esta construção só é possível com a interação entre os indivíduos. O indivíduo é dotado de estruturas que lhe permitem uma autonomia, mas por si só permanece egocêntrico. Só a cooperação leva à autonomia. Na escola é necessário que a experimentação individual e a reflexão sejam estimuladas para o desenvolvimento do respeito mútuo e da autonomia e com esta, um auto-controle, um *self-government*, que leve à exclusão dos fatores de risco para a dependência de drogas. Assim, retomamos também o conceito de responsabilidade de Vazquez (2004), pelo qual o indivíduo, para que tenha plena responsabilidade sobre suas ações deve ser livre de qualquer coação e poder prever as conseqüências de seus atos; então, a escola, informando sobre drogas e seus possíveis prejuízos e educando para a autonomia formará um sujeito consciente.

Já um programa de intervenção deve visar principalmente à redução de danos. Em primeiro lugar, voltemos à Teoria de Domínios Sociais de Turiel (1984) e pensemos na conduta de uso fora do domínio moral, ou seja, não é porque a autonomia ajuda a prevenir abuso de substâncias que devemos relacionar essa conduta à moralidade, ela se encontra no domínio pessoal. Portanto, um usuário não deve ser visto como ser imoral. Em segundo lugar, ao se tratar com usuários é importante que se investigue se esse uso é moderado, nocivo ou pesado (dependência). Para que se possa fazer essa avaliação, a OMS dispõe de manuais de orientação, como o *Guia prático sobre uso, abuso e dependência de substâncias psicotrópicas para educadores e profissionais da saúde* (MARQUES e RIBEIRO, 2006). Por fim, para que se possa promover o desenvolvimento da autonomia é importante, antes verificar em que nível de desenvolvimento está o usuário, podendo ser aplicada a teoria de Kohlberg (1992) como fizemos no presente trabalho.

Tomados esses cuidados, o programa deve se concentrar na extinção dos fatores de risco, já citados, e que podem ser tratados tanto com o desenvolvimento da autonomia, quanto com orientação psiquiátrica e medicação (no caso de fatores biológicos ou psicológicos); e também o fortalecimento dos fatores de proteção.

No capítulo 3, quando comentamos as pesquisas mais recentes que nos ajudaram a traçar um perfil do usuário de maconha, notamos algumas características deste perfil são comuns a nossa pesquisa e que estão ligadas a autonomia. Pesquisa realizada na UNESP (KERR-CORRÊA et al., 2001) mostrou que morar em *república*, relatar que fez uso antes de entrar na faculdade e ter amigos que não desaprovam o uso são alguns dos fatores de risco para o uso de maconha. Os estudantes entrevistados por Coutinho et al. (2004) apontam fuga dos problemas como principal motivo de uso. Bom relacionamento com a família era predominante entre não usuários (PAVANI et al., 2007); os estudantes buscam prazer na droga, ou seja, mantém uma expectativa positiva em relação ao uso (FONSECA et al. 2007) o que pode ser mudado com mais informações e o incentivo a obter prazer de formas mais saudáveis e autônomas. Todas essas características estão ligadas aos fatores de risco que tentamos reduzir ou excluir com o desenvolvimento moral.

A redução de danos tem como objetivo reduzir progressivamente o uso da droga, a extinção seria uma consequência mais da formação de autonomia e independência que objetivo do programa. O usuário deve adquirir progressivamente controle sobre sua conduta de modo que o prazer que encontre no uso seja substituído por outras formas mais saudáveis de diversão.

Pensamos assim, em reunir os dados desse trabalho, sobre o julgamento moral de universitários usuários de maconha e dados de um trabalho anterior, levantamento sobre aplicação do volume VIII dos PCN em escolas públicas de ensino médio (ALMEIDA, 2005) para por fim elaborar, num trabalho futuro, um programa de orientação para direção e professores sobre prevenção e intervenção sobre uso de maconha. Para isso, eles seguiriam as orientações do volume VIII, que trata de Ética e Programas de Saúde e cuidariam da educação moral ao mesmo tempo promoveriam estratégias específicas para lidar com a conduta de uso de maconha. O programa deverá se concentrar na conduta de uso de maconha, por se tratar do objeto de nossos estudos, porém, deve manter uma flexibilidade para que, em outra situação futura, possa ser adaptado a outras condutas de uso de SPA.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. S. *Trabalhos sobre ética e saúde nas escolas públicas de São José do Rio Preto nos anos de 2004 e 2005*. Iniciação Científica – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Universidade Estadual Paulista, 2005.

ALMEIDA, P. M.; WICKERHAUSER, H. *O critério ABA/ABIPEME: em busca de uma atualização*. São Paulo: LPM/Burke & Marplan, 1991.

BABOR, T. F.; FUENTE, J. R.; SAUNDERS, J.; GRANT, M. *AUDIT – The Alcohol Use Disorders Identification Test: guidelines for use in primary health care*. Genebra: World Health Organization/PAHO-92. n. 4. p. 1-29. 1992.

BRASIL – *Parâmetros Curriculares Nacionais. Volume 8 – Temas Transversais*. Brasília: MEC. 1996.

\_\_\_\_\_. *Constituição da república federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BERKOWITZ, M. W.; GUERRA, N.; NUCCI, L. *Sociomoral development and drug and alcohol abuse*. In: W. M. Kurtines e J. L. Gerwitz. (Eds.) *Handbook of moral behavior and development*. Vol. 3: Application. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum. 1991.

BRICKMAN, P.; RABINOWITZ, V. C.; KARUZA JR, J.; COATES D.; COHN-E KIDDER, L. *Models of helping and coping*. *American Psychologist*. 37: 368-384. 1982.

CARLINI, E.A.; GALDURÓZ, J.C.F.; NOTO, A. R.; NAPPO, S.A. *II Levantamento Domiciliar Sobre Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil (2001)*. São Paulo: SENAD, 2005.

COELHO JÚNIOR, L. de L.; GONTIÉS, B. *Consumo de álcool e maconha entre adolescentes: uma perspectiva psicossocial do tema*. *Arq. bras. psicol*;52(4):45-58, out.-dez. 2000.

COLBY, A.; KOHLBERG, L. *The measurement of moral judgement*. Nova York: Cambridge University Press, 1987.

COMPARATO, F. K. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

COUTINHO, M.P.L. ARAÚJO, L. F. GONTIÈS, B. *Uso da maconha e suas representações sociais: estudo comparativo entre universitários*. Maringá: Revista Psicologia em Estudo, set/dez 2004. 469-477

CRIPPA, A.J.; LACERDA, A. L.T.; AMARO, E.; BUSATTO FILHO, G.; ZUARDI, A.W.; BRESSAN, R.A. *Efeitos Cerebrais da Maconha – resultados dos estudos de neuroimagem*. São Paulo: Revista Brasileira de Psiquiatria, mar/2005.

CRUZ, L. A. N. da. *Uso de álcool e julgamento sociomoral de estudantes do ensino médio*. 2006. 127f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, 2006.

DURKHEIM, E. *Ética e sociologia da moral*. São Paulo: Landy Editora, 2003.

\_\_\_\_\_. *Sociologia, educação e moral*. Portugal: Rés Editora, 2ª ed., 2001.

FERREIRA, V. M.; SOUZA FILHO, E. A. de. *Maconha e contexto familiar: um estudo psicossocial entre universitários do Rio de Janeiro*. *Psicol. Soc.*, jan./abr. 2007, vol.19, no.1, p.52-60. ISSN 0102-7182

FRANKENA, W. K. *Ética*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1969.

FONSECA, A. A. da; AZEVEDO; R. L.; ARAÚJO, F. de; OLIVEIRA, S. F. *Representações sociais de universitários de psicologia acerca da maconha*. *Estudos de Psicologia*:Campinas, 441-449; outubro - dezembro 2007.

GOMES, L.F. *Porte de drogas para uso: é crime?* Jun/2008: acesso pelo site: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11412>

INCHAURRAGA, S. (org.) *Las drogas: entre el fracaso y los daños de la prohibición*. Argentina: CEADS-ARDA, 2002.

KANT, I. *A crítica da razão prática*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

\_\_\_\_\_. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa: Edições 70, 1997.

KERR-CORRÊA, F.; DALBEN, T.; TRINCA, L.A.; SIMÃO, M.O.; MATTOS, P.F.; RAMOS-CERQUEIRA, A.T.A.; MENDES, A.A. *Levantamento do uso de álcool e de drogas e das condições gerais de vida dos estudantes da Unesp (1998)*. São Paulo: Fundação Vunesp, 2001.

KOHLBERG, L. *Psicologia del desarrollo moral*. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer, 1992.

LECLERQ, J. *As grandes linhas da filosofia moral*. São Paulo: Editora Herder, 1967.

LEPRE, R. M. *Raciocínio moral e uso abusivo de álcool por adolescentes*. 2005. 190f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, 2005.

MAGALHAES, M. P.; BARROS, R. S.; SILVA, M. T. A. *Uso de drogas entre universitários: a experiência com maconha como fator delimitante*. Revista ABP-APAL;3(13):97-104jul./set. 1991.

MARQUES, A.C.P.R.; RIBEIRO, M. *Guia prático sobre uso, abuso e dependência de substâncias psicotrópicas para educadores e profissionais da saúde*. Prefeitura da Cidade de São Paulo, 2006.

MARTINS, R. A.; *Uso de álcool, intervenção breve e julgamento sóciomoral em adolescentes que bebem excessivamente*. 211 f. Tese (Livre-Docência em Psicologia da Educação) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista de São José do Rio Preto, São José do Rio Preto, 2006.

\_\_\_\_\_. MANZATO, A. J.; CRUZ, L. A. N. *O uso de bebidas alcoólicas entre adolescentes. Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais*. Org. CASTRO, L. R.; CORREA, J. Rio de Janeiro, NAU Editora: FAPERJ. p. 301-326, 2005.

MASUR, J.; CARLINI-COTRIM, B. *Padrao de uso de drogas psicotropicas precedendo a internacao por dependencia*. Revista ABP-APAL;4(9):145-150out./nov. 1987.

MÉNDEZ, E. B. *Uma versão brasileira do AUDIT - The Alcohol Use Disorders Identification Test*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 1999.

NOTO, A. R.; GALDUROZ, J. C. F.; CARLINI, E. A. *Maconha: uma avaliacao da situacao brasileira atraves de quatro parametros epidemiológicos*. Revista ABP-APAL;4(17):133-137out./dez. 1995.

PEDROSO, R. S.; OLIVEIRA, M. da S.; ARAUJO, R. B. *Expectativas de resultados frente ao uso de álcool, maconha e tabaco*. Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul, maio/ago. 2006, vol.28, no.2, p.198-206. ISSN 0101-8108.

PAVANI, R. A. B.; SILVA, E. F.; MORAES, M. S.; NETO, F. C. *Caracterização do consumo de maconha entre escolares do ensino médio de São José do Rio Preto, SP, Brasil, 2003*. Revista Brasileira de Epidemiologia; 10(2); 157-67, 2007.

PIAGET, J. *O juízo moral na criança*. São Paulo: Summus Editorial Ltda., 3ª ed., 1994.

\_\_\_\_\_. *A construção do real na criança*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2ª ed., 1975.

\_\_\_\_\_. *O nascimento da inteligência na criança*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

\_\_\_\_\_. *Seis estudos de psicologia*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1964.

RIGONI, M. dos S.; OLIVEIRA, M. da S.; MORAES, J. F. D. de; ZAMBOM, L. F. *O consumo de maconha na adolescência e as conseqüências nas funções cognitivas*. Psicol. estud;12(2):267-275, maio.-ago. 2007.

SILVEIRA, D. X.; MOREIRA, F.G. *Panorama atual de drogas e dependências*. São Paulo: Ateneu, 2006.

TURIEL, E. *El desarrollo Del conocimiento social: moralidad e convencion*. Madrid: Editorial Debate, 1984.

VAZQUEZ, A, S. *Ética*. Rio de janeiro: Editora Civilização Brasileira, 25<sup>a</sup> ed, 2004.

VENÂNCIO, R. P. (org.) *Álcool e drogas na história do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2005.

## APÊNDICE A

### O JULGAMENTO SOCIOMORAL DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS EM RELAÇÃO AO USO DE MACONHA

Nome:				Curso:		
Endereço:						
Telefone:		Período:	Turma:	Idade:	Sexo:	
<b>1. Na sua casa vocês possuem (assinale com um X na quantidade correspondente)</b>						
		0 – Não tem	1 - Um	2 – Dois	3 - Três	4 ou +
1.1	Televisão (cores)					
1.2	Rádio					
1.3	Banheiro					
1.4	Automóvel					
1.5	Empregada mensal					
1.6	Aspirador de pó					
1.7	Máquina de lavar roupa					
1.8	Videocassete e ou DVD					
1.9	Geladeira					
1.10	Freezer					
<b>2. Assinale o grau de instrução do chefe da família</b>						
Analfabeto / 1º ciclo Ensino fundamental			Superior incompleto			
Ensino fundamental incompleto			Superior completo			
Ensino médio incompleto						
<b>3. Cite a sua religião:</b>						

**Instruções para preenchimento das questões 4 a 13:** ); escolha uma opção para cada pergunta e passe o número dela para a “caixinha” do lado direito. Cada dose é igual a: 1 lata de cerveja (355 ml); 1 coquetel (batida); 1 garrafa de ICE; 1 dose de pinga ou whisky à 40% (36 ml) ou 1 taça de vinho (150 ml)

**4. Com que frequência você toma bebidas alcoólicas?**

- |                          |                              |   |
|--------------------------|------------------------------|---|
| 0 Nunca                  | 3 De 2 a 3 vezes por semana  | <input style="width: 100%; height: 100%;" type="text"/> |
| 1 Mensalmente ou menos   | 4 4 ou mais vezes por semana |   |
| 2 De 2 a 4 vezes por mês |                              |   |

**5. Nas ocasiões em que bebe, quantas doses você costuma tomar?**

- |                |                    |   |
|----------------|--------------------|---|
| 0 1 a 2 doses  | 3 7, 8 ou 9 doses  | <input style="width: 100%; height: 100%;" type="text"/> |
| 1 3 ou 4 doses | 4 10 ou mais doses |   |
| 2 5 ou 6 doses |                    |   |

**6. Com que frequência você toma “seis ou mais doses” em uma ocasião?**

- |                            |                                |   |
|----------------------------|--------------------------------|---|
| 0 Nunca                    | 3 Semanalmente                 | <input style="width: 100%; height: 100%;" type="text"/> |
| 1 Menos que uma vez ao mês | 4 Todos ou quase todos os dias |   |
| 2 Mensalmente              |                                |   |

**7. Com que frequência, durante o último ano, você achou que não seria capaz de controlar a quantidade de bebida depois de começar?**

- |                            |                                |   |
|----------------------------|--------------------------------|---|
| 0 Nunca                    | 3 Semanalmente                 | <input style="width: 100%; height: 100%;" type="text"/> |
| 1 Menos que uma vez ao mês | 4 Todos ou quase todos os dias |   |
| 2 Mensalmente              |                                |   |

**8. Com que frequência, durante o último ano, você não conseguiu cumprir com algum compromisso por causa da bebida?**

- |                            |                                |   |
|----------------------------|--------------------------------|---|
| 0 Nunca                    | 3 Semanalmente                 | <input style="width: 100%; height: 100%;" type="text"/> |
| 1 Menos que uma vez ao mês | 4 Todos ou quase todos os dias |   |
| 2 Mensalmente              |                                |   |

**9. Com que frequência, durante o último ano, depois de ter bebido muito, você precisou**



<p>14a – <b>MACONHA</b>  1 – Nunca fumei  2 – Fumei alguma vez na vida  3 – Não fumei no último ano  4 – Fumei no último ano  Se respondeu 2, 3 ou 4 em que idade fumou a primeira vez: .....</p>	<p>14b – <b>MACONHA</b>  1 – Não fumei  2 – Menos que uma vez por semana  3 – 1 ou mais vezes por semana  4 – Diariamente  5 – Duas ou mais vezes por dia  6 – Quatro ou mais vezes por dia</p>
<p>15a – <b>COCAÍNA</b> (Exceto CRACK)  1 – Nunca usei  2 – Usei alguma vez na vida  3 – Não usei no último ano  4 – Usei no último ano  Se respondeu 2, 3 ou 4 em que usou cocaína a primeira vez: .....</p>	<p>15b – <b>COCAÍNA</b> (Exceto CRACK)  1 – Não usei  2 – Menos que uma vez por semana  3 – 1 ou mais vezes por semana  4 – Diariamente  5 – Duas ou mais vezes por dia  6 – Quatro ou mais vezes por dia</p>
<p>16a – <b>CRACK</b>  1 – Nunca fumei  2 – Fumei alguma vez na vida  3 – Não fumei no último ano  4 – Fumei no último ano  Se respondeu 2, 3 ou 4 em que idade fumou a primeira vez: .....</p>	<p>16b – <b>CRACK</b>  1 – Não fumei  2 – Menos que uma vez por semana  3 – 1 ou mais vezes por semana  4 – Diariamente  5 – Duas ou mais vezes por dia  6 – Quatro ou mais vezes por dia</p>
<p>17a – <b>ANFETAMINAS</b> (Hipofagin, Moderex, Inibex, Desobesi, Reativan, Pervetin, Preludin, fórmulas para emagrecimento)  1 – Nunca usei  2 – Usei alguma vez na vida  3 – Não usei no último ano  4 – Usei no último ano  Se respondeu 2, 3 ou 4 em que idade usou a primeira vez: .....</p>	<p>17b – <b>ANFETAMINAS</b> (Hipofagin, Moderex, Inibex, Desobesi, Reativan, Pervetin, Preludin, fórmulas para emagrecimento)  1 – Não usei  2 – Menos que uma vez por semana  3 – 1 ou mais vezes por semana  4 – Diariamente  5 – Duas ou mais vezes por dia  6 – Quatro ou mais vezes por dia</p>
<p>18a – <b>SOLVENTES ORGÂNICOS</b> (Lança-perfume, Loló, Cola, Gasolina, Tinta, Acetona, Aguarrás, Tíner, Éter, Esmalte, Clorofórmio, Benzina)  1 – Nunca usei  2 – Usei alguma vez na vida  3 – Não usei no último ano  4 – Usei no último ano  Se respondeu 2, 3 ou 4 em que idade em anos usou a primeira vez: .....</p>	<p>19b – <b>SOLVENTES ORGÂNICOS</b> (Lança-perfume, Loló, Cola, Gasolina, Tinta, Acetona, Aguarrás, Tíner, Éter, Esmalte, Clorofórmio, Benzina)  1 – Não usei  2 – Menos que uma vez por semana  3 – 1 ou mais vezes por semana  4 – Diariamente  5 – Duas ou mais vezes por dia  6 – Quatro ou mais vezes por dia</p>
<p>20a – <b>CITE OUTRA DROGA QUE TENHA USADO:</b>  .....  1 – Nunca usei  2 – Usei alguma vez na vida  3 – Não usei no último ano  4 – Usei no último ano  Se respondeu 2, 3 ou 4 em que idade em você usou a primeira vez: .....</p>	<p>20b – <b>CITE OUTRA DROGA QUE TENHA USADO:</b>  .....  1 – Não usei  2 – Menos que uma vez por semana  3 – 1 ou mais vezes por semana  4 – Diariamente  5 – Duas ou mais vezes por dia  6 – Quatro ou mais vezes por dia</p>

## APÊNDICE B

### ENTREVISTA DA PESQUISA: O JULGAMENTO SOCIOMORAL DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS EM RELAÇÃO AO USO DE MACONHA

Nome:		Curso:		
Endereço:				
Telefone:	Período:	Turma:	Idade:	Sexo:

#### Dilema I (Vida-Lei)

Na Europa, uma mulher estava a ponto de morrer de um tipo de câncer muito raro. Havia um medicamento que, segundo os médicos poderia salvá-la. Era um tipo de remédio que um farmacêutico da mesma cidade havia descoberto recentemente. O medicamento era caro para ser produzido, mas o farmacêutico cobrava dez vezes mais do que lhe havia custado elaborá-lo. Ele pagava duzentos reais, mas cobrava dois mil por uma pequena dose. O marido da enferma, Henrique, recorreu a todo mundo que conhecia para pedir o dinheiro emprestado, e tentou todos os meios legais, mas só pôde conseguir mil reais, a metade do que custava. Henrique disse ao farmacêutico que sua mulher estava morrendo e pediu que lhe vendesse o remédio mais barato ou que lhe deixasse pagar mais adiante. Entretanto, o farmacêutico disse: "Não, eu descobri o medicamento e tenho que ganhar dinheiro com ele." Então, desesperado, Henrique entrou na farmácia e roubou o remédio para sua mulher.

1. Deveria Henrique ter roubado o remédio? Por quê?
2. É bom ou ruim que ele roube o remédio. Por quê?
3. Henrique tem o dever ou a obrigação de roubar o remédio? Por quê?
4. Se Henrique não quisesse bem sua mulher, deveria roubar o remédio?
5. Imagine que a pessoa que está morrendo não é sua mulher, mas um estranho, deveria Henrique roubar o remédio para um estranho? Por quê?
6. Imagine que é um animal que quer muito bem; deveria Henrique roubar para salvar a vida de um animal? Por quê?
7. É importante fazer todo o possível para salvar uma vida? Por quê?
8. Está Henrique contrário à lei por roubar o remédio? Por quê?
9. Deve-se fazer todo o possível para obedecer a lei? Por quê?

#### Dilema II (Contrato/Autoridade)

João era um garoto de quatorze anos que tinha muitíssimo interesse em ir a um acampamento. Seu pai prometeu que ele poderia ir se conseguisse o dinheiro sozinho. João deu duro em seu trabalho de distribuir jornais e conseguiu os R\$ 200,00 que custava ir ao acampamento e até um pouco mais. Mas, pouco antes da viagem ao acampamento, seu pai mudou de idéia. Seus amigos haviam decidido fazer uma pescaria e praticar esportes e, como o pai de João tinha menos dinheiro do que lhe custaria, pediu a João que lhe desse o dinheiro que havia juntado com o trabalho dos jornais. João não queria deixar de ir ao acampamento, assim, se negou a dar o dinheiro a seu pai.

1. Devia João ter negado o dinheiro a seu pai? Por quê?

2. O fato de que João ganhou o dinheiro por si mesmo é o mais importante nessa situação? Por quê?
3. O pai prometeu à João que poderia ir ao acampamento se ganhasse o dinheiro. O fato de que o pai prometeu é o fato mais importante nessa situação? Por quê?
4. Em geral, por que é importante cumprir uma promessa?
5. É importante cumprir uma promessa a alguém que você não conhece muito bem e que, provavelmente, não vai voltar a ver? Por quê?
6. Qual você crê ser o aspecto mais importante pelo qual um pai deveria se preocupar nas relações com seu filho? Por que isso é o mais importante?

### **O DILEMA ENVOLVENDO O USO DE MACONHA – III (moralidade e consciência/castigo)**

Paulo é um garoto de 16 anos que foi convidado para uma grande festa que aconteceria em uma cidade vizinha a sua, a qual ele gostaria muito de ir. Seus pais disseram que ele poderia ir desde que continuasse não consumindo nenhuma droga, o que Paulo aceitou e prometeu não fazer. No entanto, Paulo saiu com a sua turma e bebeu algumas latas de cerveja e fumou um pouco de maconha. Quando chegou em casa os pais perceberam que ele havia usado drogas e disseram que ele não iria mais a festa.

1. O que você pensa da atitude dos pais de Paulo?
2. O que você pensa da atitude de Paulo?
3. Você acha que os pais devem proibir os filhos de consumirem maconha?
4. Por que você acha que Paulo consumiu álcool e maconha?
5. Se você fosse Paulo, o que faria? Por quê?
6. Você sabia que a maconha foi “descriminalizada”? O que você pensa disso?

### **Perguntas para conhecer a concepção sobre o uso abusivo de maconha:**

1. O que você considera “uso abusivo de maconha”?
2. Na sua concepção, você faz uso abusivo de maconha? Por quê?
3. Do seu ponto de vista, quais as conseqüências que o uso abusivo de maconha pode trazer?
4. Você acredita que haja uma relação entre uso abusivo de maconha e risco social? O que pensa disso?
5. Você acredita que o uso de maconha pode ser estimulado pelo grupo de amigos?
6. Você fuma quando está com a turma? Quanto? (quantificar quanto usa por dia, por semana, etc.)
7. Consumir maconha é uma característica necessária aos membros do seu grupo? Qual a importância desse comportamento para vocês?
8. Você conhece algum programa de prevenção ao uso abusivo de maconha/Qual? O que acha dele?
9. Quando você experimentou maconha estava sozinho ou em grupo?
10. O uso de maconha já prejudicou seu desempenho acadêmico?

## APÊNDICE C



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
"Campus" de São José do Rio Preto

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da Pesquisa:

#### O JULGAMENTO SOCIOMORAL DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS EM RELAÇÃO AO USO DE MACONHA

Estamos realizando uma pesquisa com os estudantes universitários, formandos, do Ibilce, intitulada "O julgamento sociomoral de jovens universitários em relação ao uso de maconha" e gostaríamos que você participasse da mesma. A pesquisa tem como objetivos: a) realizar levantamento do uso de drogas entre os formandos do Ibilce; b) investigar as expectativas que os jovens possuem sobre o consumo de drogas, mais especificamente a maconha; c) avaliar o julgamento sóciomoral dos estudantes em relação ao uso de maconha; e) conhecer o contexto social em que os jovens costumam fazer uso de drogas com maior frequência.

Caso aceite participar desta pesquisa gostaríamos que soubesse que a coleta de dados constará de informações sócio-demográficas (sexo, idade, escolaridade, local de residência e telefone) e preenchimento de questionários que buscarão alcançar os objetivos propostos pela pesquisa. Dando seguimento, posteriormente, alguns jovens serão convidados a participar de uma entrevista.

Todas as informações serão sigilosas de modo a preservar a privacidade e a identidade do aluno. Em qualquer momento da pesquisa o aluno (a) poderá desistir de participar, sem qualquer penalidade ou prejuízo à ele(a).

Os resultados desta pesquisa serão apresentados em Congressos e/ou Reuniões Científicas e até mesmo publicados, sem a identificação dos alunos que participarem. Damos total garantia de que a identidade de cada aluno será preservada.

Este termo de consentimento está sendo assinado em duas vias, uma ficando com a aluna, que em caso do surgimento de alguma dúvida poderá procurar o pesquisador no seguinte telefone ou endereço eletrônico (e-mail): Eliane Sartorello de Almeida, (17) 3221 2317: [elianesartorello@yahoo.com.br](mailto:elianesartorello@yahoo.com.br); ou seu orientador Prof. Dr. Raul Aragão Martins; [raul@ibilce.unesp.br](mailto:raul@ibilce.unesp.br).

Eu \_\_\_\_\_  
fui suficientemente informado (a) sobre a pesquisa tendo ficado claro para mim quais os propósitos, os procedimentos e a garantia de confidencialidade. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas e pagamentos. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante a realização deste, sem penalidades ou prejuízo, assim como concordo que os resultados desta pesquisa sejam apresentados em Congressos ou Reuniões Científicas e, até mesmo publicados, desde que preservada a minha identidade.

São José do Rio Preto, de março de 2007

*Eliane Sartorello de Almeida*  
Assinatura do entrevistador

\_\_\_\_\_  
Assinatura do aluno

Eliane Sartorello de Almeida  
Nome do entrevistador

\_\_\_\_\_  
Nome do aluno

## APÊNDICE D

### 1. Categorias de respostas ao dilema 1

Questões	Categoria 1	Categoria 2	Categoria 3	Categoria 4	Categoria 5
1	Sim, para salvar a mulher	Não, deveria tentar outra coisa	Sim, os fins justificam os meios	Sim, para salvar uma vida	Não, roubar é errado
2	Bom por um lado e mal pelo outro	Bom	Mal		
3	Deve roubar para salvar a mulher	Não deveria roubar			
4	Sim	Não			
5	Sim	Não	Depende		
6	Sim	Não	Henrique em problemas com a morte		
7	Sim	Sim, mas não em todos os casos			
8	Sim, está contra lei				
9	Sim, exceto quando envolver risco para uma vida	Sim, sempre	Não respondeu		

### 2. Respostas dos alunos ao dilema 1

Participante	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8	Q9
A1	Categoria 1	1	1	1	2	2	1	1	1
A2	1	2	2	1	1	1	2	1	2
A3	1	2	1	1	1	1	1	1	1
A4	1	2	1	2	2	2	1	1	3
A5	1	2	1	2	2	1	1	1	1
A6	2	1	1	2	2	3	1	1	1
A7	3	3	1	1	1	2	1	1	2
A8	4	2	1	1	1	1	1	1	1
A9	1	2	1	1	1	1	1	1	1
A10	5	2	2	2	2	2	2	1	2
A11	1	2	1	1	1	1	1	1	1
A12	1	2	1	1	1	1	1	1	1
A13	1	2	1	2	2	1	1	1	1
A14	1	2	1	1	1	1	1	1	1
A15	1	1	1	2	2	2	2	1	1
A16	5	3	1	2	2	2	2	1	2
B1	1	1	1	1	1	1	2	1	1
B2	2	2	1	1	1	1	1	1	3
B3	1	1	1	2	3	1	1	1	2
B4	1	1	2	1	2	2	1	1	2
B5	1	3	1	1	1	2	1	1	2

## APÊNDICE E

### 1. Categorias de respostas ao dilema 2

Questões	Categoria 1	Categoria 2	Categoria 3	Categoria 4	Categoria 5	Categoria 6
1	Sim, o dinheiro é dele e pai prometeu	Não, deve ajudar o pai	Sim e não.			
2	Sim, isso é o mais importante	Não é o mais importante	É importante mas nem tanto			
3	Sim, prometer e ser bom exemplo	Não, pai tem autoridade	Não, esforço é mais importante			
4	responsabilidade	Realizar algo	credibilidade	Honra, caráter	Verdade	Respeito
5	Sim	Não				
6	respeito	Bom senso	Bom exemplo	Amizade, diálogo	confiança	amor

### 2. Respostas dos alunos ao dilema 2

Participante	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6
A1	1	1	1	1	1	1
A2	1	1	2	2	1	2
A3	1	1	3	3	1	4
A4	1	1	1	3	1	5
A5	1	2	1	3	1	5
A6	1	1	2	1	1	3
A7	1	2	2	3	1	3
A8	1	1	1	4	1	3
A9	2	2	2	4	2	4
A10	1	1	3	5	1	3
A11	1	2	1	6	1	1
A12	1	2	1	1	1	1
A13	2	2	2	3	1	6
A14	1	2	1	4	1	1
A15	1	1	1	6	2	5
A16	1	2	1	4	1	3
B1	1	2	1	6	1	1
B2	1	1	2	1	1	1
B3	3	2	1	4	1	6
B4	1	3	1	4	1	4
B5	1	2	1	6	1	3

## APÊNDICE F

### 1. Categorias de respostas ao dilema 3

Questões	Categoria 1	Categoria 2	Categoria 3	Categoria 4	Categoria 5
1	Ele foi fraco, se deixou influenciar	Deveria ter disfarçado	Errada pois não cumpriu promessa	Foi falso	Compreensível pela idade dele
2	Eles estão certos	Errada, não deveriam punir	Idealista		
3	Sim	Não, deveriam aconselhar	Deveriam proibir o ambiente	Ou proíbe tudo ou nada	
4	Porque ele gosta	Amigos	Curiosidade	Ambiente	
5	Não usaria	Usaria	Tentaria não usar	Não prometeria nada	Não aceitaria proibições
6	Sim, concordo	Não sabia	Sim, mas discordo		

### 2. Respostas dos alunos ao dilema 3

Participante	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6
A1	1	1	1	1	1	1
A2	2	2	2	1	2	1
A3	3	1	2	2	1	2
A4	4	1	3	4	3	2
A5	3	1	2	1	3	2
A6	5	3	2	2	3	1
A7	3	1	2	2	4	1
A8	5	1	2	3	4	1
A9	3	1	4	1	1	1
A10	3	1	2	1	1	3
A11	5	1	2	2	3	1
A12	1	1	2	2	4	1
A13	5	1	2	4	3	2
A14	5	2	2	3	2	1
A15	1	1	1	2	2	2
A16	3	1	1	3	1	2
B1	5	1	2	2	1	2
B2	2	2	2	3	5	2
B3	2,3	1	1	2	1	2
B4	3	2	2	2	1	1
B5	3	2	2	2	1	1

## APÊNDICE G

### 1. Categorias de respostas sobre uso abusivo

Questões	Categoria 1	Categoria 2	Categoria 3	Categoria 4	Categoria 5
1	Fumar diariamente	Prejudicar a rotina	Fumar muito em uma ocasião	Não ficar sem maconha	
2	Não	Sim			
3	Saúde física	Saúde mental	Não	Porta de entrada	Relações sociais
4	Sim	Não			
5	Sim	Não			
6	Sim	Não			
7	Sim	Não			
8	Sim	Não			
9	Em grupo	Sozinho			
10	Sim	Não	Não sei		

### 2. Respostas dos alunos sobre uso abusivo

Participante	Questão1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8	Q9	Q10
A1	1	1	4	1	1	2	2	1	1	2
A2	1	2	1	2	1	1	2	1	1	1
A3	1	1	2	2	1	1	2	2	1	2
A4	1	1	1	1	1					
A5	2	1	1	1	1	1	2	2	1	2
A6	1	1	5	1	1	1	2	2	2	2
A7	3	1	1	2	1	1	2	2	3	2
A8	4	1	1	1	1	1	2	1	2	2
A9	1	1	1	2	1	2	2	2	1	2
A10	1	1	5	1	1	2	2	2	1	2
A11	2	1	3	2	1	2	2	2	1	2
A12	1	1	3	2	1	1	2	1	1	2
A13	1	1	2	1	2	1	2	2	1	2
A14	1	1	1	2	2	1	2	2	2	2
A15	2	1	1	1	1	1	2	2	1	2
A16	1	1	2	1	1	2	2	2	2	3

## APÊNDICE H

### Resumo dos resultados dos participantes do dilema I (vida/lei)

Participante	Problemática	Norma	Elemento	Estágio	Observações
A1(grupo A)	Vida 1	Afiliação 2	Ter um dever (ou não ter dever algum) <sup>2</sup>	3	
A2	Vida 1	Vida 1	Perspectivas equilibradas ou assumir papéis <sup>4</sup>	3	
A3	Vida1	Vida1	Servir a dignidade humana ou autonomia <sup>1</sup>	3	
A4	Vida1	Afiliação <sup>2</sup>	Ter um dever (ou não ter dever algum) <sup>2</sup>	2,3 em consolidação	
A5	Vida1	Afiliação <sup>2</sup>	Ter um dever (ou não ter dever algum) <sup>2</sup>	2,3 em consolidação	
A6	Lei 2	Lei <sup>3</sup> (autoridade)	Obedecer (consultar) <sup>3</sup>	2,3 transicional	
A7	Vida1	Vida1	Servir a dignidade humana ou autonomia <sup>1</sup>	3,4 em consolidação	
A8	Vida1	Vida1	Servir a dignidade humana ou autonomia <sup>1</sup>	3	
A9	Vida1	Vida1	Servir a dignidade humana ou autonomia <sup>1</sup>	3	
A10	Lei2	Lei2 (autoridade)	Obedecer (consultar) <sup>3</sup>	2	
A11	Vida1	Vida1	Servir a dignidade humana ou autonomia <sup>1</sup>	3	
A12	Vida1	Vida 1	Servir a dignidade humana ou autonomia <sup>1</sup>	3	
A13	Vida1	Vida1	Perspectivas equilibradas ou assumir papéis <sup>4</sup>	3	
A14	Vida1	Vida1	Servir a dignidade humana ou	3	

			autonomia1		
A15	Vida 1	Afiliação2	Ter um dever (ou não ter dever algum)2	2,3 em consolidação	
A16	Lei2	Lei 3 (autoridade)	Obedecer (consultar)3	2	
<b>B1(grupo B)</b>	Vida1	Afiliação2	Ter um dever (ou não ter dever algum)2	3	
B2	Lei2	Vida 1	Servir a dignidade humana ou autonomia1	3,4 em consolidação	Contradições nas respostas.
B3	Vida1	Afiliação2	Ter um dever (ou não ter dever algum)2	3,4 transicional	
B4	Vida1	Afiliação2	Ter um dever (ou não ter dever algum)2	3	
B5	Vida1	Vida 1	Servir a dignidade humana ou autonomia1	3,4 em consolidação	
	1-vida 2-lei	1-vida 2- afiliação 3-lei	1- servir dignidade 2- ter dever 3- obedecer 4- perspectivas equilibradas		

## APÊNDICE I

### Resumo dos resultados dos participantes do dilema II (contrato/autoridade)

Participante	Problemática	Norma	Elemento	Estágio	Observações
A1(grupo A)	Contrato	Contrato	Manter o contrato social ou consentimento mútuo 1	4	
A2	Contrato	Propriedade 2	Ter um direito (ou não ter direito algum) 2	3	
A3	Contrato	Propriedade 2	Ter um direito (ou não ter direito algum) 2	3	
A4	Contrato	Contrato	Manter o contrato social ou consentimento mútuo 1	4	
A5	Contrato	Contrato	Manter o contrato social ou consentimento mútuo 1	4	
A6	Contrato	Propriedade 2	Ter um direito (ou não ter direito algum) 2	3	
A7	Contrato	Propriedade 2	Ter um direito (ou não ter direito algum) 2	3	
A8	Contrato	Contrato	Manter o contrato social ou consentimento mútuo 1	4	
A9	Autoridade 2	Autoridade 3	Reciprocidade (ou merecimento positivo) 3	2	Respostas heterômicas (subestágio A)
A10	Contrato	Propriedade 2	Ter um direito (ou não ter direito algum) 2	3	
A11	Contrato	Contrato	Manter o contrato social ou consentimento mútuo 1	4	
A12	Contrato	Contrato	Manter o contrato social ou consentimento mútuo 1	4	

A13	Autoridade 2	Autoridade 3	Reciprocidade (ou merecimento positivo) 3	2	Respostas heterômicas (subestágio A)
A14	Contrato	Contrato	Manter o contrato social ou consentimento mútuo 1	4	
A15	Contrato	Propriedade 2	Ter um direito (ou não ter direito algum) 2	3	
A16	Contrato	Contrato	Manter o contrato social ou consentimento mútuo 1	4	
<b>B1(grupo B)</b>	Contrato	Contrato	Manter o contrato social ou consentimento mútuo 1	4	
B2	Contrato	Propriedade 2	Ter um direito (ou não ter direito algum) 2	3	
B3	Contrato	Contrato	Manter o contrato social ou consentimento mútuo 1	4	
B4	Contrato	Contrato	Manter o contrato social ou consentimento mútuo 1	4	
B5	Contrato	Contrato	Manter o contrato social ou consentimento mútuo 1	4	
	1-contrato 2-autoridade	1-contrato 2- propriedade 3- autoridade	1-manter contrato 2- ter direito 3- reciprocidade	1- 2 2- 3 3- 4	

## APÊNDICE J

### Resumo dos resultados do dilema III (uso de maconha) – Punição/moralidade e consciência

Participante	Problemática	Norma	Elemento	Estágio	Observações
A1(grupo A)	Punição 2	Autoridade 2	Apoio do caráter 1	4	
A2	Moralidade e consciência 1	Autoridade 2	Boa reputação (ou má reputação) 2	3	
A3	Punição 2	Contrato 1	Apoio do caráter 1	4	
A4	Punição2	Autoridade 2	Apoio do caráter 1	4,5 transicional	Características de subestágio A
A5	Punição	Consciência 3	Ter um direito ou não ter direito algum 3	4	
A6	Moralidade e consciência 1	Consciência 3	Ter um direito ou não ter direito algum 3	4	Falta de objetividade nas respostas
A7	Punição 2	Contrato 1	Apoio do caráter 1	4	
A8	Punição 2	Contrato 1	Ter um direito (ou não ter direito algum) 3	4,5 transicional	
A9	Punição 2	Contrato 1	Apoio do caráter 1	4	
A10	Punição 2	Contrato 1	Manter o contrato social ou consentimento mútuo. 4	4	
A11	Punição 2	Contrato 1	Apoio do auto-respeito 5	4	
A12	Punição 2	Consciência 3	Apoio do caráter 1	4	
A13	Punição 2	Consciência 3	Manter o contrato social ou consentimento mútuo. 4	4	
A14	Moralidade e consciência 1	Consciência 3	Apoio do auto-respeito 5	3	
A15	Punição 2	Autoridade 2	Apoio do caráter 1	2,3 transicional	Heteronomia, falta um pouco mais de reflexão
A16	Punição 2	Autoridade 2	Ter um direito (ou não ter direito algum) 3	2,3transicional	Idealiza a lei e a autoridade
<b>B1(grupo B)</b>	Punição 2	Contrato 1	Manter o contrato social	4	

			ou consentimento mútuo. 4		
B2	Moralidade e consciência 1	Autoridade 2	Ter um direito (ou não ter direito algum) 3	3	confuso
B3	Punição 2	Autoridade 2	Ter um direito (ou não ter direito algum) 3	3	
B4	Moralidade e consciência 1	Consciência 3	Apoio do auto-respeito 5	4	
B5	Moralidade e consciência 1	Consciência 3	Apoio do auto-respeito 5	4,5 em consolidação	Firme em suas opiniões
	1- moralidade 2- punição	1-contrato 2-autoridade 3-consciência	1- apoio do caráter 2- boa reputação 3- ter direito 4- manter contrato 5- apoio do auto respeito		

## ANEXO A

UNESP



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

CAMPUS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS

CEP: 15054-000 - R. Cristóvão Colombo, 2265 -Jd. Nazareth -PABX 221-2200-Caixa Postal 136 - São José do Rio Preto-SP

**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP**  
**PARECER DO PROJETO DE PESQUISA**

## IDENTIFICAÇÃO

**Nome do pesquisador:** Eliane Sartorello de Almeida

**Departamento:** Educação

**Instituição:** Ibilce-Unesp

**Projeto:** O julgamento sociomoral de Jovens Universitários em relação ao uso de maconha

**PARECER CONSUBSTANCIADO nº 03/07.**

O uso de substâncias psicoativas, lícitas ou ilícitas, entre jovens vem sendo discutido amplamente pela sociedade e, uma das drogas mais comuns é a maconha. Seu uso pode ter conseqüências legais, sociais e físicas e, pesquisas mostram que esse tipo de conduta se desenvolve geralmente, no início da adolescência podendo se estender por toda a vida, em especial durante um curso de graduação. O entendimento dessa conduta passa pela epidemiologia do consumo na sociedade e em usos sociais, pela categorização do comportamento. O entendimento desses mecanismos permite desenvolver programas de prevenção e intervenção, buscando minimizar os danos sociais, jurídicos e de formação dos indivíduos.

O presente projeto tem por objetivo avaliar o julgamento moral em usuários e não usuários a respeito do consumo de maconha e investigar a formação desse julgamento levando em consideração que tenham atingido a autonomia moral. Será avaliado também o consumo concomitante de álcool.

Os métodos aplicados para obtenção dos dados serão por meio de questionários e entrevistas, preconizados pela literatura e de amplo conhecimento dos envolvidos na pesquisa. Serão preservados os dados e informações dos participantes conforme previsto na resolução 196/96. O termo de consentimento está elaborado de acordo com a resolução e contempla as informações sobre a pesquisa e sigilo dos participantes.

 **APROVADO, aguardar apreciação final da CONEP**
 **NÃO APROVADO**
 **SOLICITAR INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**
**Datas previstas para apresentação dos relatórios**
**1º relatório:** 25/01/2008.

**2º relatório:** 25/01/2009.

São José do Rio Preto, 25 de janeiro de 2007.

**Prof. Dra. Cláudia Regina Bonini Domingos**  
**Coordenadora do CEP**

## ANEXO B



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Câmpus de São José do Rio Preto



## PARECER CONSUBSTANCIADO

## RELATÓRIO DE PESQUISA

## IDENTIFICAÇÃO

**Nome do pesquisador:** Eliana Sartorello de Almeida  
**Departamento:** Educação  
**Instituição:** IBILCE/UNESP  
**Projeto:** "O julgamento sociomoral de jovens universitários em relação ao uso de maconha"

## PARECER Nº 107/08

O relatório foi apresentado adequadamente, com introdução, discriminação de material e métodos, resultados obtidos, conclusão e bibliografia. Não houve necessidade de alterações em relação aos objetivos e material e métodos propostos. Conclusões parciais e finais são adequadas, apresenta referências bibliográficas corretas. Não há relatos de riscos e benefícios direto e indireto ao sujeito da pesquisa. O pesquisador obteve o termo de consentimento junto aos participantes da pesquisa. A avaliação do relatório esta boa.

- APROVADO  
 APROVADO COM RECOMENDAÇÃO  
 PENDENTE  
 NÃO APROVADO

São José do Rio Preto, 13 de outubro de 2008.

  
**Prof. Dr. Raul Aragão Martins**  
 Coordenador do CEP